



Relato Integrado 2022

HOME E SETAS

Clique no ícone para retornar ao sumário e navegue pelas páginas por meio das setas

MENU

Navegue pelos capítulos pelo menu superior

GRÁFICOS INTERATIVOS



clique nos botões



passe o cursor sobre os infográficos

Relato Integrado 2022

Sobre este Relato

Iniciamos as atividades do exercício de 2022, realizando a nomeação institucional da nova gestão do conselho para o biênio de 2022/2023. No decorrer deste ano, foram realizadas importantes reuniões, encontros e visitas aos entes públicos e demais instituições ligadas de forma direta e indiretamente aos interesses das principais atividades desempenhadas pela classe contábil de Sergipe. Tudo isso, objetivando apresentar a atual administração. Neste aspecto, foram estudadas possibilidades em firmar parcerias voltadas à realização eventos/cursos.

Na estrutura de pessoal, passamos por uma nova reestruturação administrativa, ocorrida em áreas de relevância no que tange o andamento das atividades para atender as metas propostas para o ano. Dentre as principais alterações, citamos como exemplo a diretoria executiva, compras/licitações e contratos e a assessoria da presidência.

Sempre alinhados com a esfera do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), seguimos avançando na a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tendo como meta alcançada até o final do exercício 66,66% de sua totalidade. Foram realizados levantamento por meio inventário dos dados pessoais que tramitam no ambiente interno e externo da entidade, garantindo a proteção dos dados armazenados dos profissionais da contabilidade, conselheiros, colaboradores, estagiários e prestadores de serviços. O resultado alcançado permite enxergar que o trabalho produzido vem sendo entregue de maneira positiva.

No que tange a governança, destacamos a realização de reuniões de comissões e a produção de instrumentos que a compõe, veiculados em nossos principais meios de comunicação.

Promovemos a capacitação dos

responsáveis pela área de licitações e contratos, tendo como foco a continuidade da lisura dos nossos procedimentos administrativos, no tange aos processos elaborados pelas áreas de contratações de bens e serviços.

Os processos licitatórios passaram a tramitar na íntegra por meio do sistema do Governo Federal – Comprasnet, objetivando a correta aplicação dos recursos públicos, cumprindo a fiel observância dos princípios que regem a administração pública. Essas informações que estão disponíveis para consulta pública por meio do portal de Transparência e Prestação de Contas do CRCSE.

De uma maneira geral, o objetivo deste Relato Integrado é apresentar um resumo de nossas atividades, práticas e investimentos mais relevantes que são realizados visando ao desenvolvimento sustentável da classe contábil e ao pleno funcionamento do CRCSE que integra o Sistema CFC/CRCs.

Chegando a sua 5ª edição, o Relato Integrado se consolida como uma ferramenta primordial de comunicação, para que possamos divulgar a toda a sociedade as principais ações, metas e resultados do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe. Dessa forma, são viabilizados o controle social, o acompanhamento e a mensuração das informações, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

Nesta edição, o Relato Integrado conta com uma série de ferramentas interativas que facilitam a navegação dos usuários ao longo dos capítulos e o acesso às informações apresentadas. Devemos destacar, ainda, que este trabalho teve a participação de nossos colaboradores, aos quais agradecemos imensamente pelo empenho e a dedicação, certamente a soma possibilitou concretizar, mais uma vez, este documento de transparência para a sociedade.

Excelente leitura a todos!
Aracaju, 31 de dezembro de 2022.

Thiago Conceição Mendonça
Diretor Executivo

Sumário

Clique e navegue pelos capítulos

Mensagem do Presidente	4
Quem Somos	5
O CRCSE	8
Ambiente Externo.....	9
Estrutura de Governança.....	10
Modelo de Negócios	11
Cadeia de Valor.....	12
Riscos, Oportunidades e Perspectivas	14
Fluxo de Operacionalização	14
Estratégia	18
Alocação de Recursos	19
Desempenho	21
Gestão Orçamentária e Financeira	28
Gestão de Custos.....	30
Gestão de Pessoas	30
Gestão de Licitações e Contratos, incluindo o de TI	33
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	35
Declaração da Contadora do CRCSE	39
Balanço Patrimonial (BP)	40
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	41
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	41
Balanço Financeiro (BF)	41
Balanço Orçamentário (BO).....	42
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	43
Restos a Pagar Processados (RPP).....	43
Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis em 31/12/2021	44

#SomosContabeis

Mensagem da Presidente

É com imensa alegria que apresento o Relatório Integrado do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE) referente ao exercício de 2022, no qual estão registrados os principais resultados do Regional no período tanto no campo da gestão pública quanto no âmbito administrativo.

Reportamos, em capítulos específicos, as principais realizações do Conselho, bem como os trabalhos relevantes e iniciativas estruturantes adotadas para potencializar a capacidade, a qualidade, a tempestividade e a inovação de nossas principais ferramentas.

Em 2022, o CRCSE deu continuidade às ações previstas em seu plano de trabalho. E dessa forma, as atividades finalísticas da autarquia se destacaram em seus campos de

atuações, iniciando pela área de Registro que teve como principal objetivo reforçar com atividades conjuntas, a importância da solicitação do registro profissional junto ao conselho.

Com isso, podemos apurar um desempenho de 147,44% referente aos novos registros de profissionais e de 112,9% para organizações contábeis, importando em números um total de 115 novos profissionais de 35 organizações registradas.

Ainda no exercício, foram realizadas campanhas de atualização cadastral, visando manter o banco de dados do Regional devidamente atualizado, garantindo a possibilidade de um contato mais próximo com o profissional e sua organização. Outro ponto relevante foi o retorno do serviço de confecção de carteira profissional física, as entregas dos novos registros profissionais a aqueles registrados entre os períodos 2020 a 2022.

Sem sombra de dúvidas, motivo de muito orgulho para aquele (a) que tem a alegria de apresentar seu documento como profissional da contabilidade de Sergipe.

Na área de Fiscalização, foram realizadas diversas palestras de orientação fiscal, voltadas aos profissionais residentes no interior do estado, tendo como foco apresentar as principais atividades que são desenvolvidas pela área, em prol da classe e na defesa do fiel cumprimento da legislação contábil do país. É importante destacar ainda a continuidade do trabalho ao combater do exercício irregular da profissão praticado por leigos e profissionais sem registro junto ao CRC.

Essa ação que tem apresentado resultado de extrema importância para área se deu graças ao Acordo de Cooperação Técnica nº 070/2021, celebrado entre a Secretária Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e Conselho Federal de Contabilidade.

Já no plano de trabalho, os resultados se mostraram bastante satisfatórios, trazendo a confirmação que o trabalho vem sendo executado da maneira correta.

No tocante à Educação Continuada, seguimos levando aos profissionais, estudantes e demais participantes, diversos eventos/cursos nos formatos virtual e presencial. Entre eles, o 19º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe, o I Workshop – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de Padrão e Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle nas Entidades Públicas (Siafic), que contou com valiosas parcerias a exemplo do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Receita Federal do Brasil e Prefeitura Municipal de Aracaju.

Realizamos ainda, o Seminário Estadual de Prestação de Contas Eleitoral em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e o Circuito Contábil 2022, ciclo de palestras realizadas no interior sergipano, levando temas de relevância para o atual momento da contabilidade no país, outra parceria relevante junto à Superintendência Regional do Trabalho em Sergipe.

Dentre tantas atividades, inúmeros profissionais sergipanos atuaram diretamente como

palestrantes e instrutores, mostrando que temos a força e a expertise do profissional da contabilidade sergipano, motivo de muito orgulho para nossa classe e nosso estado.

Não podemos esquecer-nos de registrar a realização das campanhas de doação de sangue, natal solidário, palestras sobre os meses: Outubro Rosa, Setembro Amarelo e Outubro Azul, promovendo aos profissionais, conselheiros, colaboradores e estagiários, momentos de conhecimento e reflexão sobre a importância da prevenção, dos cuidados com a saúde e da solidariedade com o próximo.

Entendemos que após o severo período pandêmico, tivemos a oportunidade de refletir, ainda mais, sobre a importância da vida e das ações que visem promover a todos um mundo ainda melhor e mais harmonioso.

As ações administrativas e de gestão também merecem ser destacadas nesse ano de 2022, pois reforçamos as ações de capacitações junto aos integrantes da Comissão Permanente de Licitações e Contratos, objetivando o fiel cumprimento das obrigações legais, listando dentre eles, a utilização da plataforma do governo federal – Comprasnet.

Com isso, nossos certames licitatórios para contratação dos serviços de limpeza, conservação predial, aquisição de bilhetes aéreos e disponibilização do benefício de vale alimentação, puderam ser concluídos, garantindo a todos que fazem o Regional à continuidade de serviços que são essenciais para o correto andamento e desenvolvimento das atividades.



Contadora
Maria Salete Barreto Leite
Presidente do CRCSE

No campo de saúde e qualidade de vida no trabalho, realizamos palestras sobre a importância da saúde mental e a prática de atividades físicas.

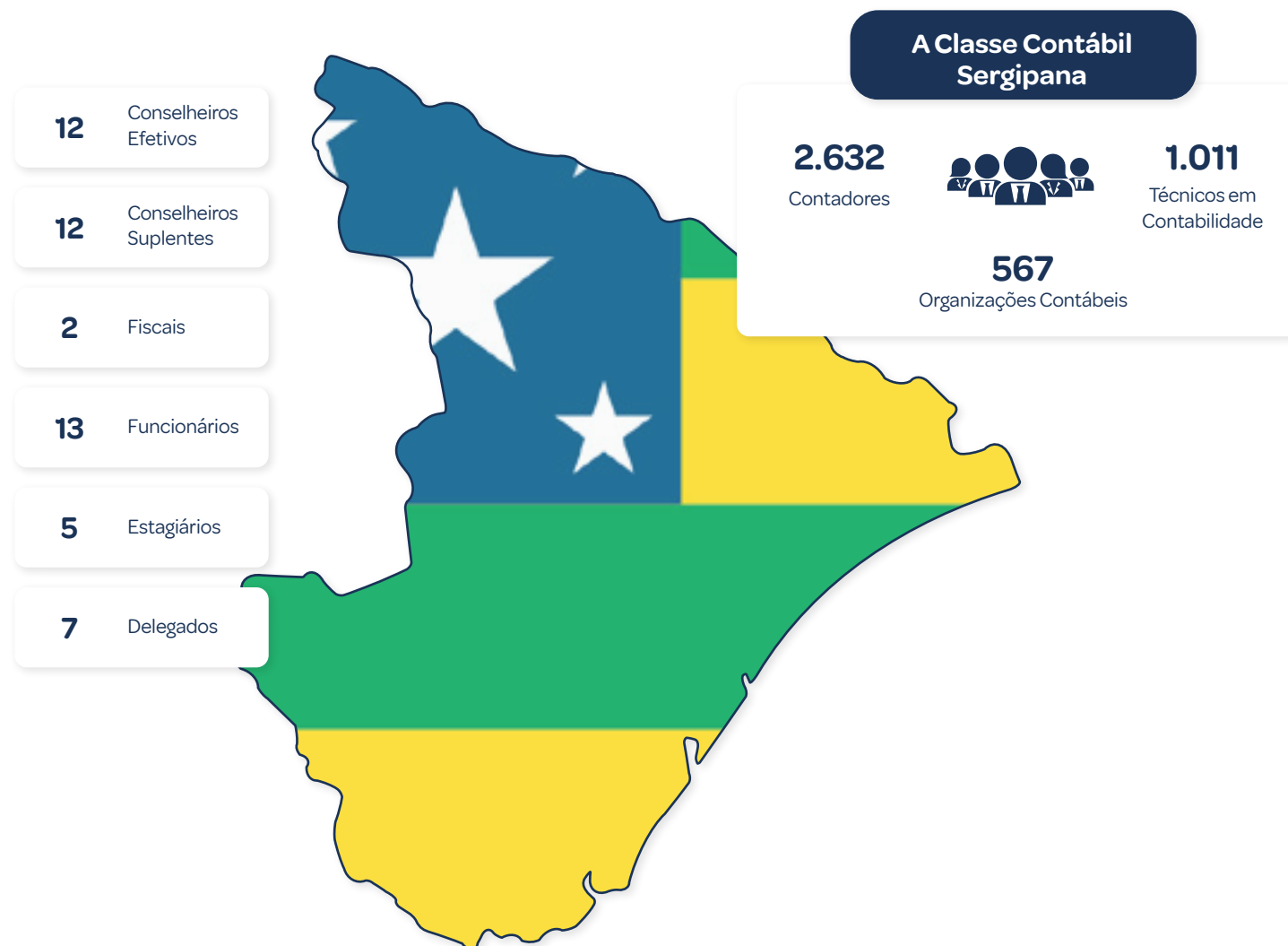
Neste contexto, o Relatório Integrado 2022, procura trazer, de forma real e sistematizada, abrangendo todas as áreas de atuação do CRCSE, a visão geral e organizacional do CRCSE no exercício de 2022, além do seu funcionamento, os riscos, oportunidades, perspectivas e as ações de governança institucional aplicadas na gestão da alocação dos recursos públicos, comprovados através de informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, respeitando a transparência e a boa governança pública.

Por fim, enfatizamos que o CRCSE, mesmo durante a crise, através da participação de todos os conselheiros e o apoio do nosso corpo funcional, jamais deixou de envidar esforços no sentido de sempre estar ao lado dos profissionais de contabilidade do Estado de Sergipe nas demandas da sua competência.

Contadora Maria Salete Barreto Leite
Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe

Quem somos

Números do CRCSE





O CRCSE

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe é uma Autarquia Especial Corporativa, dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado e regido por legislação específica, Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei 12.249/2010. Sua estrutura, organização e funcionamento são regulamentados pela Resolução CRCSE nº. 528/2019 que aprovou o Regimento Interno do CRCSE.

O Plenário da entidade é integrado 12 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, nos termos do Decreto-Lei n.º 1.040/1969, alterado pela Lei n.º 11.160/2005 e pela Lei n.º 12.932/2013.

São funções do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe

- Registrar, orientar, fiscalizar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o Estado de Sergipe.
- Promover a Educação Continuada.
- Executar projetos de interesse social e profissional, de maneira a melhor encaminhar as soluções de problemas referentes à profissão contábil e alcançar objetivos relacionados com o aprimoramento técnico, educacional e cultural da classe contábil.

Principais normas da entidade



Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, e zelar pela ética e pela qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

Organograma

O CRCSE compreende um conjunto de setores administrativos, que têm por finalidade desempenhar atividades estratégicas, técnicas e administrativas necessárias ao pleno exercício de suas atribuições legais. As competências de cada área estão dispostas na Resolução CRCSE 528/2019, que define o regimento interno, a composição e a estrutura organizacional do CRCSE.

Órgão Deliberativo

- Plenário

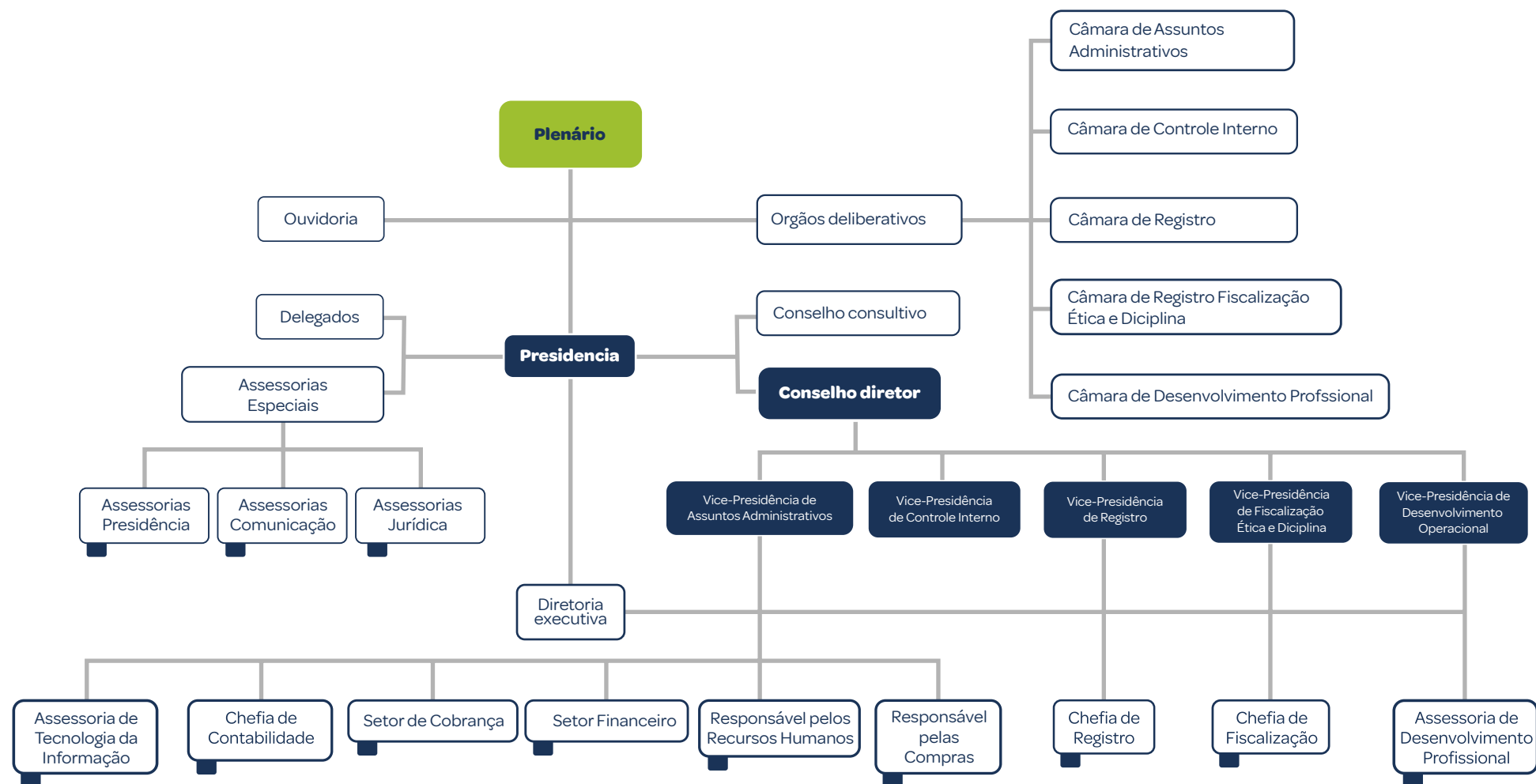
Órgãos Deliberativos


- Tribunal Regional de Ética e Disciplina – TRED
- Conselho Diretor
- Câmara de Assuntos Administrativos
- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara de Controle Interno

Órgãos Executivos

- Presidência
Contadora Maria Salete Barreto Leite
- Vice-Presidência de Assuntos Administrativos
Contador Ionas Santos Mariano
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
Contador Jorge Luiz dos Santos
- Vice-Presidência de Registro
Contadora Ana Olívia Barros Lemos
- Vice-Presidência de Controle Interno
Contador Francisco José Alves Correia Lima
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
Contador Jenilton Gomes da Silva

Organograma



 Subordinação administrativa à Diretoria Executiva

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Países de todo o mundo sofrem com os efeitos das mudanças climáticas, e as nações mais pobres estão entre as mais atingidas. Nesse sentido, a compensação de danos climáticos tornou-se uma meta global em todos os segmentos. Em 2022, no âmbito contábil, um dos assuntos que mais esteve em voga foi a responsabilidade dos profissionais da contabilidade para com o desenvolvimento sustentável das nações.

Durante a realização da 27ª edição da Conferência das Partes (COP 27, na sigla em inglês), conhecida como Conferência do Clima das Nações Unidas, a implementação das Normas de Divulgação de Sustentabilidade foi destaque no tema voltado aos assuntos financeiros.

Representantes do International Sustainability Standards Board (ISSB, na sigla em inglês), falaram sobre a atuação do ISSB e, em especial, da Norma de Divulgação Relacionada ao Clima (IFRS S2). O ISSB também informou que o Carbon Disclosure Project (CDP, na sigla em inglês) já incorporou os requisitos da IFRS S2 em sua plataforma global de divulgação ambiental. Com isso, mais de 17 mil usuários voluntários do CDP revelarão dados estruturados no ciclo de divulgação de 2024.

No âmbito econômico, outro grande passo da conferência nos assuntos financeiros foi o anúncio da criação de um fundo de compensação de danos climáticos a países em desenvolvimento ou impactados diretamente pelos efeitos da mudança climática. Um

comitê de transição, integrado por 24 países, três deles da América Latina e do Caribe, elaborará recomendações sobre o funcionamento e financiamento dos novos dispositivos, incluindo o fundo específico. Mas ainda é necessário determinar quem serão os contribuintes. As recomendações devem levar a um “estudo e adoção” dos novos mecanismos de financiamento na COP 28, em Dubai, no final de 2023.

Já, no Brasil, foi realizada a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), por meio da Resolução CFC n.º 1.670, de 9 de junho de 2022, que tem por objetivo promover o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre padrões de divulgação relacionados à sustentabilidade e à divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, levando sempre em conta a adoção dos padrões internacionais editados pelo International Sustainability Standard Board (ISSB).

Sendo assim, é evidente que as questões ligadas ao meio ambiente, à responsabilidade social e às melhores práticas de governança tornaram-se primordiais para o mundo, para o Brasil e para o Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

Com o crescimento do mercado de crédito de carbono e a ampliação global da regulamentação desse mercado, uma das ações externas do CFC, em 2022, foi realizar uma audiência pública sobre a minuta da Norma Brasileira de Contabilidade de Asseguração (NBC TO) 3410, a ser utilizada pelos auditores independentes, em trabalho que incluam Declaração de Gases de Efeito Estufa (GEE) das entidades. A edição se fez necessária para auxiliar os auditores independentes na

realização dos trabalhos de asseguarção dos relatórios de emissão de GEE e de mudanças climáticas.

Selando a missão da classe contábil brasileira nesse novo cenário, o CFC também se tornou membro do Pacto Global das Nações Unidas. A partir da adesão, o CFC passa a apoiar os princípios do Pacto nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, assim como a dar cumprimento à agenda global de sustentabilidade.

Outro assunto que impactou o ambiente externo este ano foi o cenário político brasileiro. Foram realizadas as Eleições 2022, e o profissional da contabilidade teve um papel imprescindível na realização do processo democrático, com a atuação na prestação de contas eleitorais. O CFC promoveu vários eventos de capacitação, e a Comissão Nacional de Contabilidade Eleitoral lançou a obra “Contabilidade eleitoral: aspectos contábeis e jurídicos – Eleições 2022” com a finalidade de dar suporte a profissionais da contabilidade, candidatos, tesoureiros, administradores financeiros e partidos políticos. A publicação foi fruto de uma parceria entre o CFC e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No âmbito social, o CFC e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MM-FDH) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica que visa ampliar a captação das doações realizadas diretamente na Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) a serem direcionadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) e aos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa (FDI).

Já no que diz respeito à Educação Profissional Continuada, o CFC realizou o projeto Co-

nexão Contábil, nas regiões Nordeste (Piauí), Sudeste (Espírito Santo), Sul (Paraná) e Norte (Amazonas), levando, gratuitamente, de forma híbrida, uma série de eventos que trataram sobre educação, auditoria, perícia, contabilidade pública, tecnologia, gestão e sustentabilidade, Terceiro Setor, contabilidade rural e agronegócio, tributário, internacionalização, diversidadeinclusão e empreendedorismo. Os temas foram direcionados conforme a necessidade de capacitação dos profissionais de cada localidade.

Em 2023, ainda será realizada a edição Centro-Oeste (Tocantins). Ainda na área da Educação, o CFC, com o apoio da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), iniciou um processo histórico envolvendo o curso de Ciências Contábeis: a realização de um trabalho voltado à proposição de alteração da Resolução CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004. Esse importante documento institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e guia as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A proposta consistiu em realizar estudos em diversos documentos internacionais e reunir as contribuições de acadêmicos, de profissionais e de estudantes de todo o país para a construção de uma minuta inovadora e moderna. O documento, que foi posto em audiência pública durante o ano de 2022, recebeu mais de 600 contribuições. Todo esse trabalho foi conduzido pela Comissão Nacional de Educação Contábil do CFC e entregue ao Ministério da Educação (MEC).

Consciente de sua responsabilidade no sentido de assegurar o exercício da profissão, o CFC buscou, perante as autoridades federais, a adequação de prazos para o cumprimento das obrigações acessórias e a promoção

de orientação à classe sobre as medidas emergenciais adotadas pelo Governo para salvar as empresas que ainda sofrem com as consequências resultantes da pandemia de Covid-19, enfrentando os últimos dois anos.

O CFC soube driblar a crise sanitária e fortalecer, ainda mais, a sua Política Institucional em busca de avanços à classe contábil e à proteção da sociedade.

O ano de 2022 também foi marcado pelos novos avanços tecnológicos, mas, dessa vez, a autarquia se manteve mais bem preparada e pronta para discutir assuntos que, até então, eram encarados como ameaças.

Hoje o CFC já lida com bancos de dados, sistemas e automação na profissão, e já assimilou os múltiplos aspectos que envolvem a economia digital em blockchain. Além disso, a entidade buscou entendimentos sobre as transações financeiras projetadas para o metaverso, pois a linha tênue que divide a realidade física e a virtual está se apagando. Alguns aspectos necessários à essa transformação já estão consolidados, como, por exemplo, as mudanças de comportamento e de cultura em relação às conexões virtuais, especialmente impulsionadas pela pandemia.

Muitas perguntas ainda precisam ser respondidas, diante da multiplicidade de coisas – e de fraudes – que estão acontecendo em economia digital: “Quem está gerenciando as negociações feitas com criptoativos?”, “Como

contabilizar a compra de um terreno ou um investimento em NFT?”, “Como se dará a inserção dos serviços contábeis no metaverso?”, “Quem vai cuidar da governança?”, “Como vai ficar a tributação?”, etc.

No Sistema CFC/CRCs, está em discussão a migração entre ativos tangíveis e intangíveis no balanço das empresas, em razão de negócios feitos com carteiras de criptoativos, considerando-se, por exemplo, que hoje é possível ter uma patente, registrar uma NFT, colocá-la em uma blockchain e comercializá-la como um ativo tangível.

Atualmente, existem iniciativas que visam à regulamentação das negociações com criptoativos, sem entrar no âmbito dos serviços contábeis. As regras sobre declaração de Imposto de Renda para quem compra e vende criptoativos estão em uma instrução normativa da Receita Federal. Enquanto isso, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei de criptoativos (n.º 4.401/2021) para tentar disciplinar a questão tributária. Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou, em outubro, um parecer de orientação sobre criptoativos e o mercado de valores mobiliários, com caráter de recomendação ao mercado.

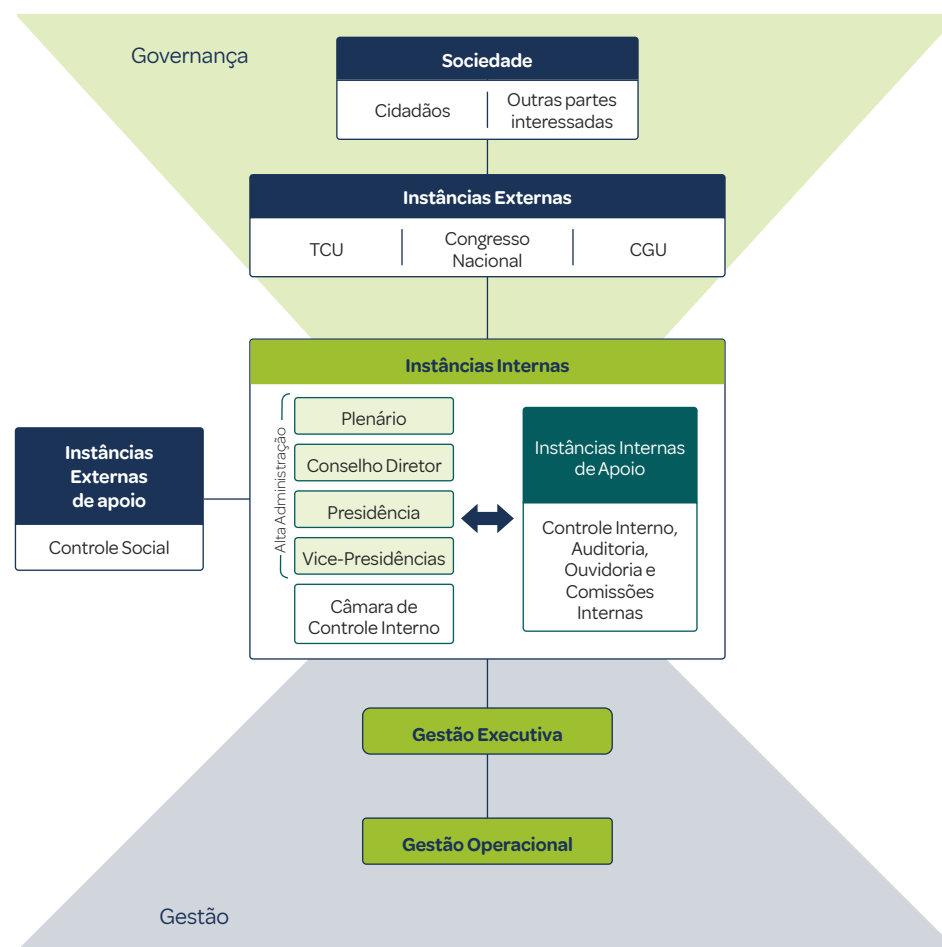
Esses são alguns exemplos de como as entidades e agências governamentais de regulamentação estão agindo em relação à normatização das negociações que utilizam a tecnologia blockchain. Do outro lado, a passos rápidos, as grandes corporações estão avançando na configuração do metaverso como uma realidade disponível.

Com certeza, 2022 foi um ano de muitos acontecimentos que marcarão o extraordinário mundo novo, e a classe contábil brasileira está preparada para os novos desafios.

Estrutura de Governança

A Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs foi instituída pela [Resolução CFC n.º 1.549, de 20 de setembro de 2018](#), com o propósito de melhorar o desempenho organizacional, contribuir para a redução dos riscos, alinhar as ações à estratégia do Sistema CFC/CRCs e prestar contas das atividades desenvolvidas para a sociedade, baseando-se nos princípios da transparência, da ética, da eficiência, da integridade, da equidade e da *accountability*.

No CRCSE, a Governança compreende a seguinte estrutura:



Modelo de Negócios

O modelo de negócios compreende o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos, resultados e impactos, por meio das atividades de uma Unidade Prestadora de Contas (UPC), a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e de gerar valor ao longo do tempo. Em síntese, é a descrição dos principais recursos (ou capitais) utilizados pela UPC, das suas atividades de negócio e de seus produtos, dos impactos que eles causam (internos ou externos, positivos ou negativos) e, ainda, do valor gerado e da sua distribuição às partes interessadas.

Nossos Recursos

Força de Trabalho



Infraestrutura Física



Imóveis
R\$ 2.214.707,32



Bens Móveis
R\$ 781.588,10

Infraestrutura do TIC

Data Centers

2 Armazenamento (TB)
2 Processamento (CPU Core)
18 Aplicações /Sistemas

Equipamentos (und.)

19 Computadores
4 Notebooks

Orçamentos

Pessoal

Ativos

R\$ 915.291,89

Benefícios

R\$ 136.634,17

Custeio

R\$ 569.072,53

Investimentos

R\$ 17.582,59

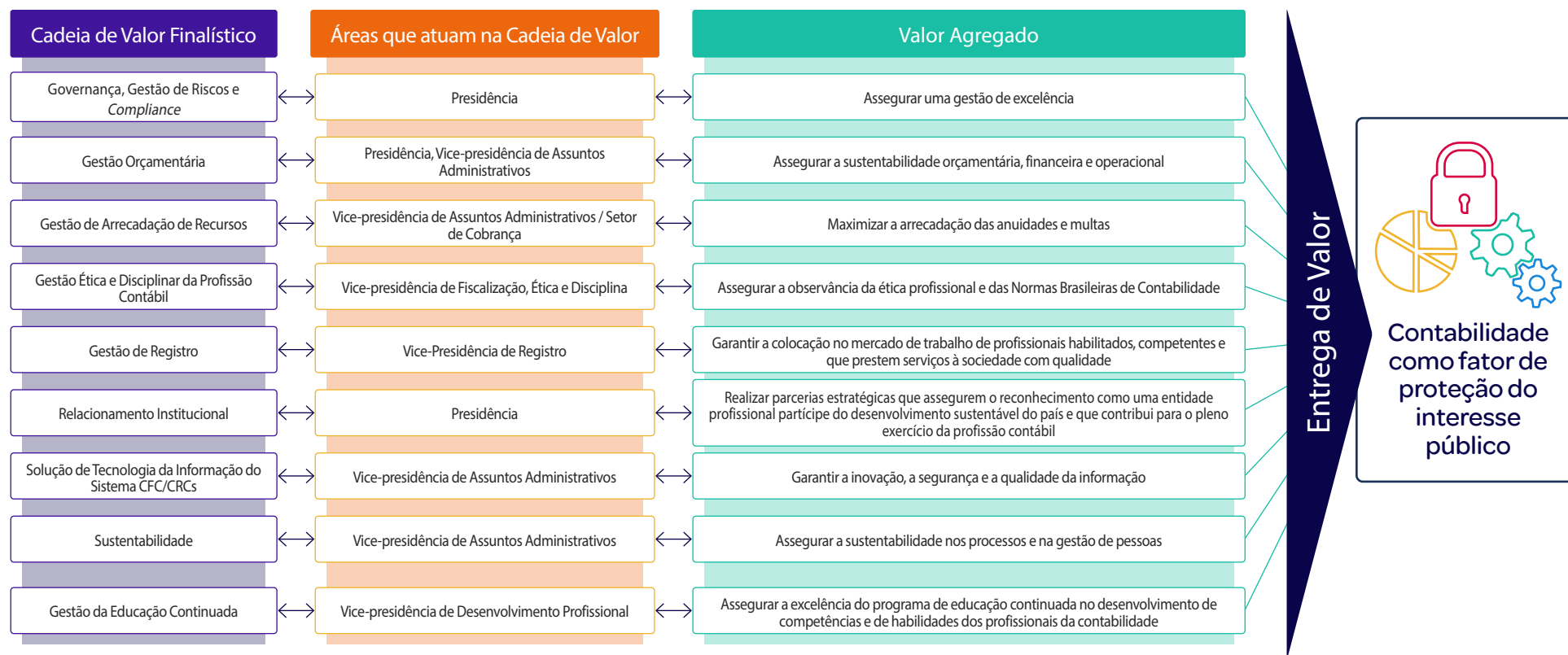
Resultados



Impactos

Cadeia de Valor

A nossa cadeia de valor representa conjuntos de atividades finalísticas e de apoio, desempenhadas pela sua estrutura e pela forma como essas se inter-relacionam para gerar e entregar valor à sociedade, cumprindo-se, assim, a sua missão. É composto por três pilares de Regência: registrar, orientar e fiscalizar o exercício da profissão contábil e promover a educação continuada dos profissionais da contabilidade.





Riscos, Oportunidades e Perspectivas



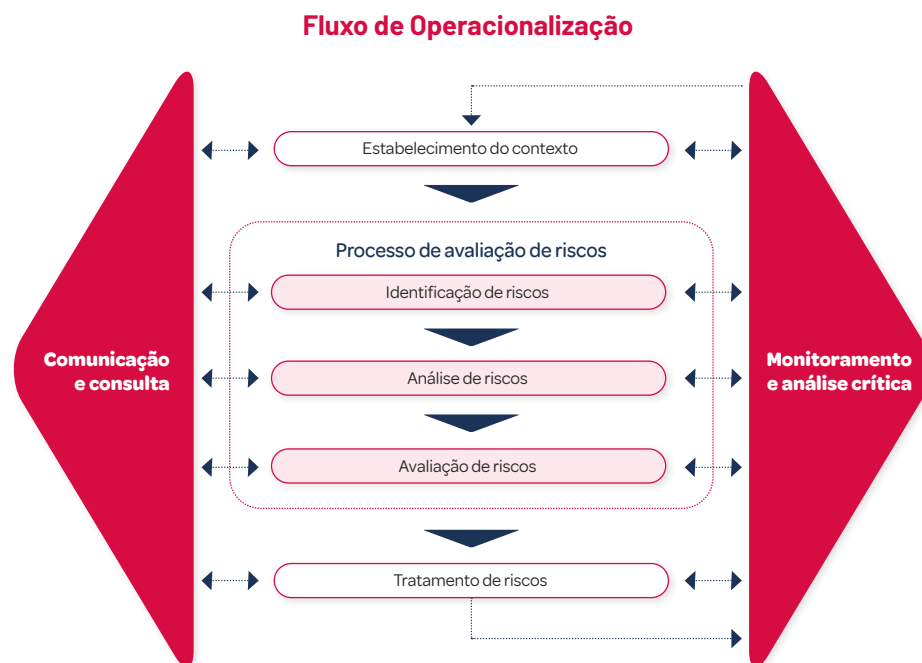


Riscos, Oportunidades e Perspectivas

A Gestão de Riscos é uma importante ferramenta de auxílio à tomada de decisão, pois permite à organização identificar e mensurar os riscos aos quais está exposta, contribuindo efetivamente para o alcance dos objetivos organizacionais e agregando valor por meio do controle e da melhoria dos processos internos.

O CRCSE fomenta a cultura orientada à gestão de riscos como ferramenta de aprimoramento do resultado institucional. Com a finalidade de sistematizar as práticas relacionadas ao tema, o CRCSE aprovou os seguintes normativos:

Com o objetivo de viabilizar a execução das diretrizes estabelecidas nos normativos, o CRCSE segue o Fluxo de Operacionalização descrito no diagrama abaixo:



A matriz SWOT foi a ferramenta gerencial escolhida para a etapa “Estabelecimento do contexto”, que consiste em compreender os ambientes interno e externo para auxiliar no processo de identificação dos riscos que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos, resultando no seguinte diagnóstico:

Matriz SWOT



Dois retângulos vazios com bordas arredondadas e tracejadas, destinados à elaboração da Matriz SWOT.

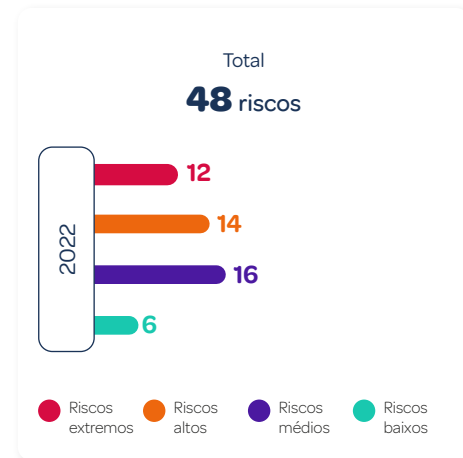


Principais riscos

Eventos de Risco	Categoria do Risco	Probabilidade*	Impacto*	Risco Residual	Resposta	Plano de Ação
Número reduzido do atual quadro de colaboradores	Operacional	Alta	Alto	Alto Risco	Mitigar	Criar comissão especial de estudos, visando a elaboração de plano de ação para promover a contratação de empregado (a) por meio de concurso público e/ou terceirização de mão de obra
Inexistência de plano de manutenção predial periódico	Conformidade	Alta	Alta	Alto Risco	Mitigar	Constituir Comissão interna para criação de plano de manutenção do prédio sede do CRCSE.
Atribuição contínua a um grupo específico de funcionários da fiscalização dos contratos.	Conformidade	Alta	Alta	Alto Risco	Mitigar	Participar à gestão a possibilidade de envolver funcionários que ainda não atuam nos processos de Fiscalização.
Não atendimento aos procedimentos de fiscalização determinados no Manual de Fiscalização	Operacional	Média	Baixo	Risco Baixo	Mitigar	Capacitação funcionários, cursos EAD e presenciais, como foco no Plano Anual de Treinamentos.
Comportamento divergente da cultura ética promovida pelo Sistema CFC/CRCs e estabelecido no Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.	Integridade	Baixa	Alto	Risco Baixo	Mitigar	Divulgar as campanhas do CFC de comunicação interna e sensibilização sobre o Código de Conduta aos conselheiros, colaboradores e funcionários do Conselho de Contabilidade; realizar capacitação aos conselheiros e funcionários do Conselho de Contabilidade; e aplicar Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), quando necessário.

*As gradações de Probabilidade e Impacto seguem a seguinte escala: Muito Baixo(a), Baixo(a), Médio(a), Alto(a), Muito Alto(a)

Painel de Riscos 2022



Principais oportunidades e ações de fomento

Oportunidades

Governança Digital do Governo Federal.

Ação de fomento

Adequação do CRCSE às determinações do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Oportunidades

Reconhecimento da importância da fiscalização pelos órgãos de controle externo.

Ação de fomento

Divulgação das ações fiscalizatórias no site do CRCSE, nas redes sociais e nas publicações; destaque da matéria no Relatório Integrado; inserções na mídia; elaboração de artigos.

Oportunidades

Relacionamento com outros Conselhos Regionais.

Ação de fomento

Participação de unidades organizacionais em grupos dos Regionais do Sistema CFC/CRCs e realização de visitas e reuniões sobre assuntos específicos, quando necessário.

Oportunidades

Atividades de Desenvolvimento profissional em ambientes virtuais e acesso a novas tecnologias

Ação de fomento

Implementação de ações que vislumbrem sobre a importância do registro profissional.

Oportunidades

Existência de capacitação gratuita e a distância.

Ação de fomento

Inclusão de cursos gratuitos, em modalidade EAD, no Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT); Plano Anual de Treinamentos (PAT) e Plano de Desenvolvimento de Líderes (PDL).

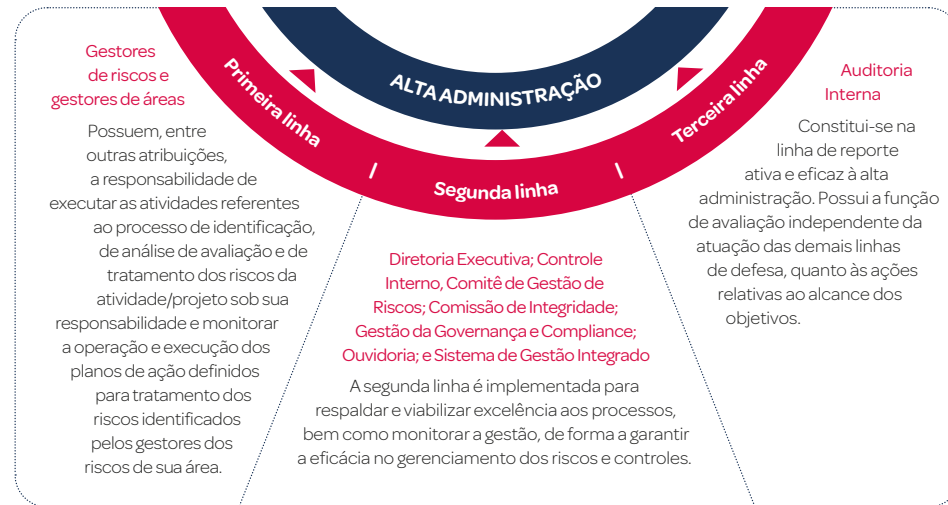
Riscos por categoria (2022)





Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Uma gestão de governança eficaz requer a atribuição assertiva de responsabilidades, bem como o devido alinhamento das atividades por meio de cooperação, colaboração e comunicação no ambiente organizacional. Nesse sentido, o CRCSE adota o Modelo das Três Linhas, que é uma importante ferramenta para o gerenciamento e controle de riscos, pois esclarece os papéis e responsabilidades essenciais das unidades envolvidas no processo.



Boas práticas realizadas em 2022 para o monitoramento contínuo da Gestão de Riscos

- Manutenção de página sobre Governança, no portal do CRCSE, no menu “Governança”.
- Campanhas de comunicação e de sensibilização sobre a importância do acompanhamento mensal das matrizes de riscos pelas chefias de setores.
- Reuniões periódicas entre a Diretoria Executiva, Comitê de Gestão de Riscos e as chefias de setores.



4 reuniões
realizadas em 2022



3 setores
organizacionais envolvidos

Ações realizadas nas reuniões

- Reavaliação da Matriz Swot de cada setor.
 - Reavaliação das matrizes dos Riscos e das Oportunidades das áreas de contabilidade, tecnologia da informação e desenvolvimento profissional.
- Registro das reuniões por meio de relatórios de registro de ações do CRCSE.
 - Monitoramento mensal pelo Conselho Diretor do CRCSE de todos os riscos que são classificados como altos e extremos, além dos riscos de integridade.

Diante desse cenário, observa-se que o CRCSE executa um processo de gestão de riscos satisfatório, o qual propicia segurança na conquista dos objetivos, na tomada de decisões, no planejamento das atividades, na redução das perdas e custos, na eficiência operacional, no uso dos recursos e, consequentemente, na melhoria da prestação do serviço público.



Governança, Estratégia e Desempenho





Estratégia

O CFC definiu o direcionamento das ações do Sistema CFC/CRCs por meio do Planejamento Estratégico, aprovado pela [Resolução CFC n.º 1.543, de 16 de agosto de 2018](#), com vigência para o período de 2018 a 2027. O documento contempla a missão, a visão, os valores, os objetivos estratégicos e o mapa estratégico do Sistema.

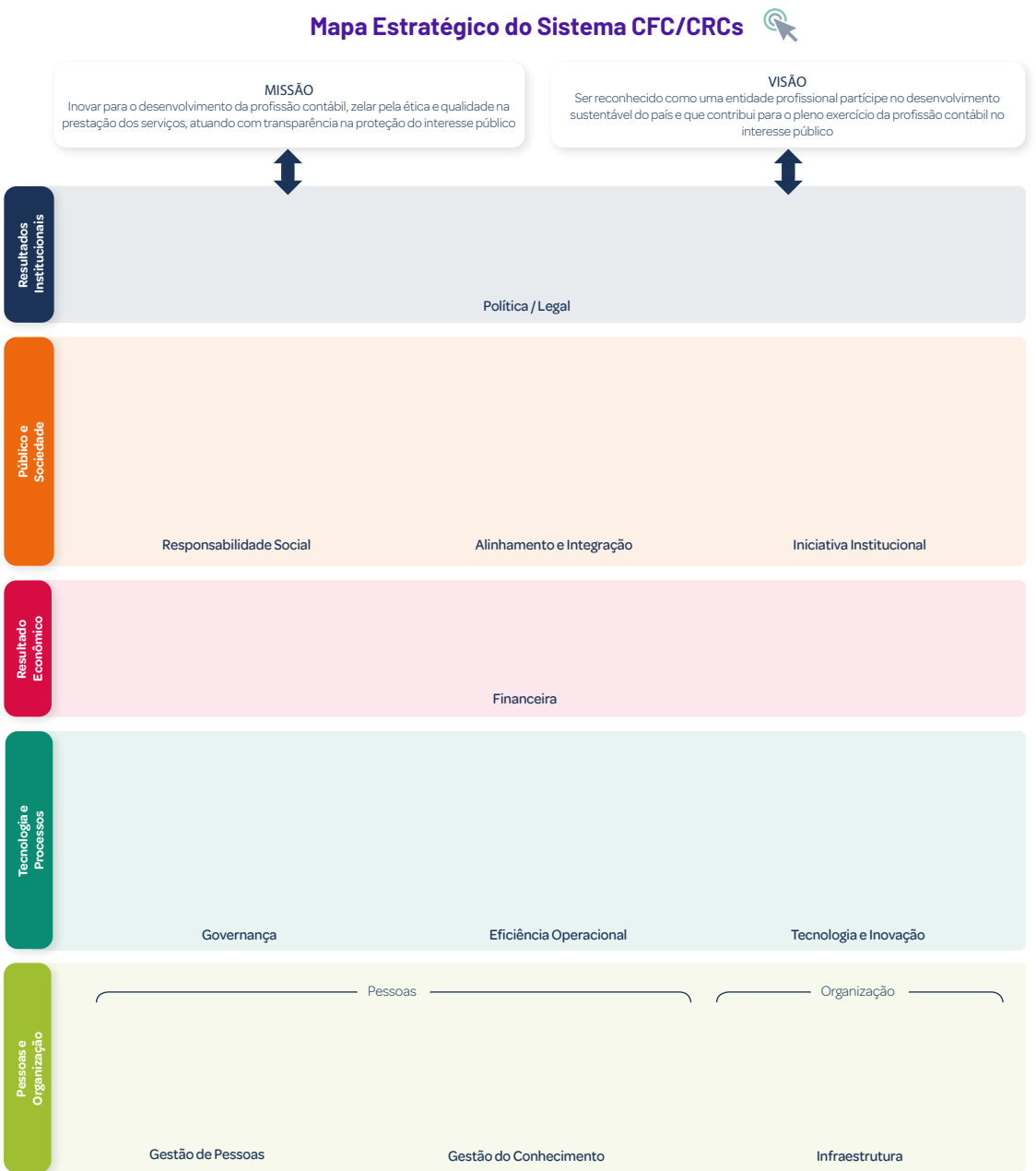
O Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) é a ferramenta gerencial utilizada pelo sistema CFC/CRCs para monitorar o desempenho dos objetivos estratégicos, a fim de alcançar a visão de futuro da instituição e atender às suas finalidades institucionais.

Em 2022, após a apuração do resultado dos indicadores, o CRCSE obteve um desempenho global de 74,27%. Tal índice demonstra que os objetivos estratégicos estão sendo alcançados, e que o planejamento é executado de maneira satisfatória.

Objetivo Estratégico	Investimento (R\$)	Indicadores	Desempenho dos indicadores (%)	Projetos/ Atividades
----------------------	--------------------	-------------	--------------------------------	----------------------

Total	R\$2.158.944,73	30	74,27%	42
-------	-----------------	----	--------	----

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



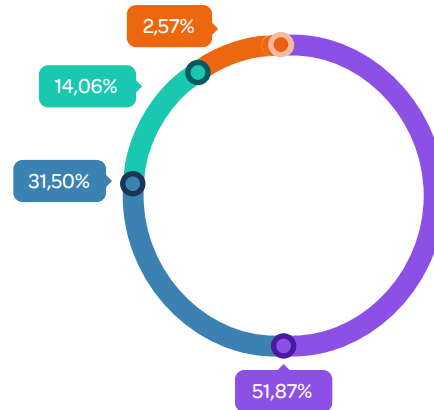


Alocação de recursos

O Sistema Plano de Trabalho (SPT) é outro instrumento que compõe o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, traduzindo em ações operacionais o desempenho da entidade e correlacionando o orçamento, os projetos, as atividades e suas metas à visão e à missão institucional. Sendo assim, para a alocação dos recursos, foi considerada a execução dos programas de acordo com as perspectivas de atuação e atribuições legais do CRCSE.

- Gestão de Fiscalização
R\$ 1.119.846,64
- Suporte e Apoio a Atividades-Fim
R\$ 679.865,11
- Gestão de Educação Continuada
R\$ 303.562,74
- Gestão de Registro Profissional
R\$ 55.670,24

Total
R\$ 2.158.944,73



Valor total efetivamente gasto com a função de
Fiscalização do Exercício Profissional
R\$ 18.384,32



Valor total gasto com as demais atividades finalísticas
(registro, normatização, julgamento e orientação)
R\$ 2.069.804,12



Valor total gasto com indenizações a conselheiros
R\$ 70.756,29

Prioridades

Com a finalidade de dar cumprimento às diretrizes estratégicas estabelecidas, no exercício de 2022, a gestão do CRCSE avaliou a situação organizacional e financeira da entidade; assim, identificou pontos fracos e fortes, oportunidades e desafios para a implementação das ações necessárias, por meio dos projetos a serem executados.

Desse modo, as prioridades traçadas para o ano de 2022 foram:



Ações inovadoras na fiscalização do exercício profissional, as quais possibilitaram a geração de dados para cruzamento das informações por meio dos investimentos em Tecnologia da Informação (TI) previstos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e no Plano de Contratações Anual (PCA).



Elaboração de normativos que atendam às demandas da sociedade e recepção de novas normas oriundas de organismos internacionais.



Oferta de cursos gratuitos sobre assuntos técnicos aos profissionais registrados, com a finalidade de orientar e melhorar os serviços prestados por estes profissionais; dentre os principais eventos de capacitação, podem ser citados o Circuito Técnico e a Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem).



Ações inovadoras no processo de registro, que resultaram no cadastramento de novos profissionais e organizações contábeis, mediante campanhas de valorização da profissão, e proporcionaram a atualização de dados dos profissionais ativos por meio do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).



Investimentos em TI para cumprimento de 6 (seis) itens do PDTI, por exemplo: investimento em firewall, softwares, renovação de 1/3 do parque de informática e assessoria em TI.



Contratação de ferramentas de TI que tornem os processos mais sustentáveis e proporcionem agilidade e melhoria nos processos de comunicação.



Elaboração do Plano de Contratação Anual (PCA), em consonância com os projetos do Plano de Trabalho e Orçamento para consolidar as contratações que o CFC pretende realizar ou prorrogar, no próximo exercício.

Governança

Destaques de 2022

Governança Digital

- Aprovação da versão 3.2 do [Plano Diretor de Tecnologia da Informação \(PDTI\)](#) do CRCSE para o biênio 2022/2023;
- 2 treinamentos internos sobre Segurança da Informação;
- Cadastramento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CRCSE, por meio da migração para o SEI Multiórgãos.

Plano de Contratações Anual (PCA)

As contratações de bens e serviços são fundamentais para que uma entidade possa prestar serviços à sociedade e, assim, cumprir sua missão institucional, uma vez que proporcionam a obtenção da estrutura logística e do suporte operacional necessários para a execução das atividades organizacionais.

Como ferramenta de planejamento dessas contratações, que abrange aquisição de bens, contratação de serviços, obras e soluções de tecnologia da informação, o CFC adota o PCA desde 2018, a fim de garantir a integração ao planejamento estratégico e orçamentário das unidades.



2 reuniões
de acompanhamento



53 contratações
realizadas



69,74%
de execução do PCA

Total previsto
76

Concluído
53

Excluídas
13

Principais canais de comunicação com a sociedade

Carta de Serviços ao Usuário

Documento que informa o usuário sobre os serviços prestados pelo CRCSE, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos, e os padrões de qualidade de atendimento ao público.



26.362
visualizações

72 visualizações diárias
em média

Ouvidoria

Canal de interlocução entre o cidadão e o CFC, para que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania promovam a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Sistema CFC/CRCs.



25 manifestações
registradas em 2022



4,35% posicionamento
político-institucional
Assunto mais frequente



10,44 dias
tempo médio de resposta



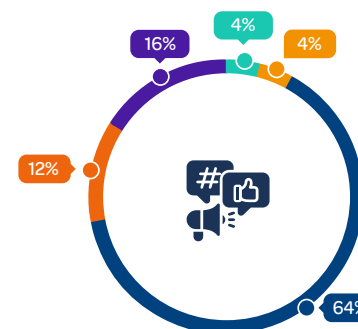
100% avaliações
positivas



52% Sergipe
estado de origem das
manifestações

Tipos de manifestação

- Denúncia
- Denúncia Anônima
- Reclamação
- Solicitação
- Sugestão



OBS: Em 2022, não houve manifestações de Elogios e no Simplifique!.

Portal da Transparência e Prestação de Contas

Canal de comunicação que disponibiliza informações sobre os atos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs, de maneira espontânea (proativa), para que qualquer cidadão possa acessá-las diretamente.



Acessos
1.186

Assuntos mais acessados em 2022

Quadro de Pessoal
33,64%

Atos Normativos
10,03%



Pedidos **1**

Recursos **0**

Comunicação Institucional

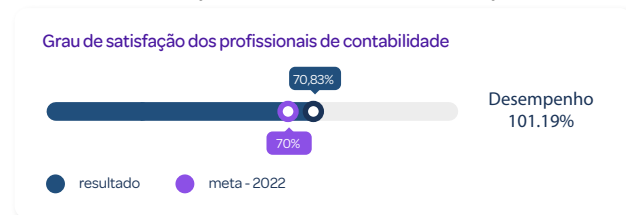


O CRCSE aplica pesquisas com a finalidade de avaliar o nível de aceitação dos profissionais da contabilidade em relação às ações desenvolvidas pelo Conselho, e de medir a satisfação da sociedade brasileira em relação aos trabalhos realizados pelos profissionais da contabilidade.

Mais informações [acesse](#)

Objetivo estratégico

Promover a satisfação da classe contábil em relação ao CRCSE



Ações de supervisão, controle e de correção

Plano de Integridade

Início da revisão da Edição de 2022.

Instituição do Guia de Conduta para Relações Público-Privadas.

Ouvidoria

Acesse a página crcse.org.br/ouvidoria.

Comissões de Conduta

Comissão de Conduta para apuração de infração cometida por funcionários e colaboradores do CRCSE:

- Em 2022, não foram recebidas denúncias contra funcionários ou colaboradores do CRCSE.

Comitê de Gestão de Riscos

Acesse a página crcse.org.br/gestao-riscos.

Comissão de Integridade, Gestão da Governança e Compliance

Promoção de campanha de comunicação interna no âmbito do sistema CFC/CRCs.

28 compartilhamento de cards informativos ao Sistema CFC/CRCs.

14 compartilhamento de vídeos gravados e disponibilizados ao Sistema CFC/CRCs.

Esclarecimentos gerais sobre governança, gestão de riscos, conduta, integridade e transparência.

Desempenho

O CRCSE adota o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) e o Sistema Gerencial de Indicadores (SGI) como instrumentos de monitoramento da execução de resultados e do alcance das diretrizes previstas no Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

O SPT é a ferramenta gerencial que mantém a ligação entre os planos, os instrumentos legais e as necessidades de atuação da instituição, além de permitir o controle das ações previstas, o detalhamento das ações executadas e a avaliação acerca do alcance de metas estimadas. Dessa forma, quando os resultados esperados não são alcançados, podem ser monitoradas as justificativas apresentadas pelos responsáveis pela execução. Isso possibilita a identificação de eventuais lacunas durante o processo de execução e o ajuste de rotinas para proposição de novas ações.



Outro instrumento empregado é o SGI, o qual monitora o desempenho dos Objetivos Estratégicos por meio de indicadores. Os indicadores são parâmetros que medem a diferença entre a situação desejada e a situação atual.

O acompanhamento dos fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento das ações ocorre pela medição dos projetos/atividades dos diversos setores do CRCSE refletidos nos indicadores, na razão de dados históricos e elementos correlacionados que, combinados, evidenciam os resultados a serem almejados em nível satisfatório.

Os resultados de todos os indicadores mensurados pelo CRCSE e a execução das metas previstas no Plano de Trabalho ficam disponíveis em nosso Portal da Transparência e Prestação de Contas, no módulo “Programas, Projetos, Metas e Resultados”.

Nas páginas que seguem, para cada área finalística do CRCSE – Fiscalização, Registro e Educação Continuada –, são apresentadas análises dos indicadores relacionados aos principais projetos e ações e o investimento total.

FISCALIZAÇÃO

A atividade de Fiscalização atua como fator de proteção da sociedade, desenvolvendo ações e procedimentos fiscalizatórios preventivos e ostensivos. Compete à Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional.



Investimento total
R\$ 1.119.846,64

Índice de realização de diligências geral

● resultado ● meta

O CRCSE fiscaliza o exercício da profissão contábil, de forma qualitativa, técnica e ética, para combater irregularidades no exercício da profissão contábil e atuar como fator de proteção aos usuários das informações contábeis. O trabalho fiscalizatório no ano de 2022 focou o combate ao exercício ilegal da profissão contábil por pessoas físicas e jurídicas. Os CRCs utilizaram dados gerados pelo Ministério do Trabalho (RAIS/ CAGED) e pela Receita Federal do Brasil (CNPJ/CNAE) para efetuar o cruzamento de informações e otimizar o processo de fiscalização daqueles que, porventura, estivessem atuando ilegalmente.



374 diligências
fiscalizações proativas

490
procedimentos fiscalizatórios

Fiscalizados



24 denúncias
fiscalizações reativas

100%
denúncias apuradas

191 autos de infração

220 notificações

191 processos ético-disciplinares e de fiscalização

83 processos julgados em 1ª instância contra pessoas físicas e jurídicas atuando sem registro.

137 processos julgados em 1ª instância contra profissional da contabilidade

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização



● resultado ● meta

O CRCSE analisa e julga os recursos das decisões dos Plenários e Tribunais de Ética e Disciplina dos Conselhos Regionais de Contabilidade em processos abertos contra pessoas físicas, jurídicas, profissionais e organizações contábeis. Esse rito processual está disponível na Carta de Serviços ao Usuário, em “fiscalização do exercício profissional.



180 dias como prazo de julgamento

contados da data de recebimento AR no CRCSE até a data da sessão de julgamento



214 processos
julgados dentro do prazo



73 dias em média
para julgamento



O zelo no julgamento dos processos é primordial para o Sistema CFC/CRCs, de modo a evitar qualquer prejuízo ao profissional ou à sociedade. O resultado positivo demonstra o empenho do CFC em proporcionar celeridade no julgamento dos processos de fiscalização, com a finalidade de dar retorno à sociedade acerca das interposições de demandas de fiscalização reativas (denúncias) e, principalmente, atuar como fator de proteção do interesse público.

● Ética na profissão

● resultado ● meta

Este índice permite avaliar o percentual de penalidades aplicadas no exercício corrente em relação ao número de processos julgados no mesmo período

Com base em atos normativos específicos, o CFC desenvolve diversas ações para garantir a efetividade dos procedimentos fiscalizatórios. Considerando a ética na profissão, destaca-se o trabalho de qualificar os relatos proferidos pelos Conselheiros Regionais nos processos administrativos, com o intuito de minimizar a incidência de possíveis vícios administrativos e promover maior assertividade das ações desenvolvidas pela fiscalização dos CRCs e seus colegiados. Como fruto desse trabalho, o Sistema CFC/CRCs alcançou os seguintes resultados:



Penalidades aplicadas

Multa de Infração

Esses números demonstram o quanto este CRCSE tem se empenhado na geração de seu principal valor público para a sociedade, com a instrução processual de forma ágil, moderna, preventiva e cidadã. As multas aplicadas a profissionais, organizações contábeis, empresários e leigos penalizados são cobradas pelos CRCSE. Com isso, a sociedade tem garantida a efetividade das ações fiscalizatórias.

Principais projetos e ações

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Fiscalização dos CRCs

A área de Fiscalização do Conselho Regional tem o objetivo de contribuir para a valorização da profissão contábil, reduzir os riscos inerentes à profissão e garantir à sociedade que os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais da contabilidade sejam realizados de forma ética, técnica e nos termos da legislação vigente. Para isso, o CRCSE realizou as seguintes ações para garantir que a fiscalização dos Conselhos de Contabilidade seja exercida com abrangência e uniformidade necessária

1 - Projeto Fiscalização das Organizações Contábeis e dos Profissionais de Contabilidade

121 (cento e vinte uma) Organizações Contábeis fiscalizadas e 191 Profissionais e Leigos (pessoas físicas atuando sem registro) fiscalizados, tanto na área pública quanto privada, onde foram verificadas a escrituração contábil e elaboração de demonstração de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, contrato de prestação de serviço, cumprimento da NBC PG 12, decore emitidas, serviços de auditoria e perícia, verificação da situação cadastral para proteção ao exercício legal da profissão.

Orientações, via e-mail e telefone, aos profissionais e à sociedade quanto a denúncia, atividades privativas de profissionais da contabilidade, COAF, decore, contrato de prestação de serviço, NBC's, perícia, auditoria, etc.

2 - Projeto fiscalização das empresas não contábeis

A fiscalização das empresas não contábeis envolveu 22 Empresas Comerciais, Prestadores de Serviços ou Industriais; 22 Entidades sem Fins Lucrativos (inclusive Partidos Políticos) – ITG 2002; 6 Órgãos Públicos; 6 Cooperativas (ITG 2004); 1 Instituição Financeira; 4 Entidades Desportivas (ITG 2003) e 1 Entidades Fechada da Previdência Complementar (ITG 2001). Verificando a situação cadastral dos profissionais e das organizações Contábeis que prestam serviços. Bem como a escrituração contábil e elaboração de demonstrações de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.



3 O CRCSE realizou palestras sobre os principais temas do setor de fiscalização aos profissionais dos Municípios de Lagarto, N. Senhora das Dores, Propriá, Itabaianinha e Tobias Barreto – “Circuito Contábil”

Reuniões Regimentais

As Reuniões Regimentais do CRCSE visa o cumprimento das prerrogativas institucionais do Sistema CFC/CRCs e são divididas em Reuniões Plenárias, do Conselho Diretor e de Câmaras. Durante as Reuniões Plenárias, há a avaliação e homologação de deliberações originadas nas Reuniões de Câmaras, bem como discussões acerca de projetos, gestão e aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento e à defesa da profissão contábil em prol do interesse público. As decisões do Plenário, órgão deliberativo superior do CFC, são regidas pelo interesse do exercício da profissão, promovendo medidas necessárias à sua regularidade e defesa. Em 2022, o órgão deliberativo superior do CRCSE, por meio das Reuniões Plenárias e TRED/SE, homologou as seguintes decisões emanadas pelas Câmaras:

Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

Os profissionais e as organizações contábeis atuantes nas áreas pública e privada que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, nas operações elencadas no Art. 1º da Resolução CFC n.º 1.530/2017, exceto aos profissionais da contabilidade com vínculo empregatício em organizações contábeis, devem co-

municar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a não ocorrência de eventos suspeitos referentes a lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo, até o dia 31 de janeiro de cada ano. O procedimento pode ser realizado diretamente por sistema desenvolvido pelo CFC, até o dia 31 de janeiro de cada ano. O procedimento pode ser realizado diretamente por sistema desenvolvido pelo CFC.

A **Resolução CFC n.º 1.530/2017** visa regulamentar a aplicação da lei para os profissionais e as organizações contábeis, permitindo a eles que se protejam da utilização indevida de seus serviços para atos ilícitos que lhe possam gerar sanções penais previstas em lei, além dos riscos de imagem pela associação do seu nome a organizações criminosas.

A Resolução CFC n.º 1.530/2017 visa regulamentar a aplicação da lei para os profissionais e as organizações contábeis, permitindo a eles que se protejam da utilização indevida de seus serviços para atos ilícitos que lhe possam gerar sanções penais previstas em lei, além dos riscos de imagem pela associação do seu nome a organizações criminosas.

Declarações ao Coaf



83 processos

de fiscalização julgados pelo Plenário do CRCSE



137 processos

Éticos disciplinares julgados pelo Tribunal Superior de Ética e Disciplina do CRCSE

REGISTRO

O Setor tem como atribuições, Registrar os Profissionais e Organizações Contábeis, bem como atender solicitações de Baixas, Averbagens Contratuais, Cancelamentos por Falecimento, Atualização e manutenção cadastral de Profissionais e Organizações Contábeis no sistema de cadastro, os tramites se dão sob rito sumário e ordinário, submetendo-os a aprovação da câmara de registro e a homologação do plenário.



Investimento total
R\$ 302,00

Índice de evolução de registros profissionais ativos



● resultado ● meta



O CRCSE, apesar de toda a crise que vem afetando o país nos últimos anos, e todas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, e com esse momento de incertezas devido a pandemia do novo corona vírus, houve um pequeno acréscimo do número de registros profissionais, devido as ações em conjunto com o CFC.

Tempo médio de julgamento de processos de registro



● resultado ● meta



Prazo para Julgamento de Processos



452 processos
julgados no prazo



60 dias de prazo
para julgamento

Foram direcionados à Câmara de Registro do CRCSE, 451 processos para análise, sendo que todos foram julgados dentro do prazo, que é de 60 dias. A informatização dos procedimentos, como a implantação do Sistema de Processo Eletrônico de Registro (SPER) e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), vem contribuindo para a celeridade no julgamento dos processos. A sequência de resultados positivos demonstra o empenho da Vice-Presidência de Registro, para que todos os processos fossem pautados e julgados em conformidade com os prazos estabelecidos. A utilização correta do Sistema de Processo Eletrônico de Registro (SPER), ferramenta web que possibilita celeridade dos Processos de registro, contribuindo dessa forma significativa nos julgamentos.

Principais projetos e ações

Exame de Suficiência

O mercado globalizado e cada vez mais competitivo trouxe a necessidade de informações contábeis cada vez mais seguras, precisas e éticas, garantindo à sociedade maior transparência na gestão dos negócios. Atento a essa situação, o CFC vem dispensando esforços para assegurar que o futuro profissional da contabilidade tenha habilidades e competências necessárias para atender a essas demandas. No exercício de 2022, o CFC ofertou em todos os estados da federação e em 118 cidades a realização de 2 edições do Exame de Suficiência. No estado de Sergipe tivemos os seguintes resultados:

Exame



A sociedade brasileira é beneficiária direta da aplicação do Exame de Suficiência, uma vez que pode contar com profissionais mais capacitados para atuar no mercado de trabalho.

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis

Registros ativos



567
organizações contábeis

Registros Ativos por Gênero*

1.593
Mulheres



43,72%



56,27%

2.050
Homens

O registro de profissionais e de organizações contábeis é obrigatórios a todos aqueles que queiram exercer e explorar a profissão contábil. Visando incentivar e facilitar o processo de comunicação com o profissional/organização contábil. O CFC em decorrência de sua função regulamentadora, constituiu comissão de estudo de viabilidade de implementação de domicílio eletrônico no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

Resultados dos trabalhos

- Elaboração de minuta de resolução para implantação do domicílio eletrônico no âmbito do Sistema CFC/CRCs.
- Criação do Sistema de Domicílio Eletrônico, que será disponibilizado aos CRCs, assim que finalizado.

Além disso, o sistema CFC/CRCs expediu a carteira de identidade profissional, modelo digital, para mais de 78.000 profissionais e realizou o pregão eletrônico para contratação da nova empresa que irá fornecer a carteira de identidade profes-

sional, modelo físico, aos profissionais interessados.

Atualização e Manutenção Cadastral

Com o objetivo de atualizar a base cadastral de profissionais e organizações contábeis dos Conselhos Regionais de Contabilidade, o CFC firmou convênio com a Receita Federal do Brasil, utilizando ferramenta disponibilizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Todo o procedimento de atualização e manutenção cadastral é em conjunto com o sistema CFC/CRCs, sendo disponibilizado o Link do recadastramento, aonde todos os profissionais com o código de acesso pode atualizar o endereço e e-mail, diretamente pelo portal, além de todas as vezes que o setor de registro recebe correspondências devolvidas pelos correios, entra em contato com o profissional por e-mail, telefone e WhatsApp, para atualização de todos os dados.

No exercício de 2022, o sistema CFC/CRCs realizou todas as consultas solicitadas pelos CRCs. Só em Sergipe foram 366 atualizações realizadas.

Ressaltamos que os repasses de informações cumpriu as exigências e medidas de segurança previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

EDUCAÇÃO CONTINUADA

A Educação Continuada se caracteriza como um processo fundamental ao cumprimento de uma das finalidades institucionais do Sistema CFC/CRCs e tem por objetivo desenvolver competências para qualificar, atualizar e aprimorar o conhecimento dos profissionais.



Investimento total
R\$ 62.643,77

Em conformidade com a Lei n.º 12.249/2010, que definiu como competência dos Conselhos de Contabilidade a promoção da educação continuada aos profissionais da contabilidade registrados, o Sistema CFC/CRCs realiza, a cada exercício, atividades de capacitação por meio de eventos, projetos e atividades que versem sobre temas de interesse da classe contábil.



Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita



● resultado ● meta

Visando atender o disposto na Lei n.º 12.249/2010, que definiu como competência dos Conselhos de Contabilidade a promoção da educação continuada aos profissionais da contabilidade registrados, o CRCSE realiza anualmente, atividades de capacitação por meio de eventos, projetos e atividades que versem sobre temas de interesse da classe contábil.



Em 2022, o CRCSE investiu nos programas de educação continuada o valor de R\$ 62.643,77, o volume de recursos investidos por profissional em 2022 ficou abaixo da meta estabelecida para o exercício, perfazendo o valor de R\$ 87,61. Tal resultado se deve ao fato de que não atingimos a meta estabelecida no Projeto 3014, quando da não participação efetiva dos profissionais em cursos e palestras.

Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada



● resultado ● meta

O resultado apurado, em conformidade com o comparativo realizado entre os dois últimos anos, demonstra que, mesmo com as dificuldades decorrentes do estado pandêmico enfrentado, o CRCSE manteve suas ações de investimento na promoção de eventos que permitissem a classe contábil a participação nas capacitações ofertadas, uma vez que contemplo a realização das atividades nos formatos presencial e virtual, o que contribuiu sobremaneira para uma maior participação dos profissionais. participação dos profissionais.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.



● resultado ● meta

O resultado reflete o sucesso das estratégias implantadas visando à realização de eventos presenciais e virtuais (cursos, treinamentos, palestras, seminários, fóruns e encontros), com excelência nas definições de temas técnicos, bem como na organização estrutural, atendendo ao disposto na legislação que rege o programa de Educação Continuada.

O CRCSE trabalha em busca de um constante aprimoramento e da qualificação dos profissionais da contabilidade, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da profissão e o fortale-

cimento da imagem do Conselho e do profissional da contabilidade perante a sociedade.

Principais projetos e ações Educação Continuada – encontros/seminários/fóruns

Em 2022, foram realizadas 11 reuniões da Câmara de Desenvolvimento Profissional do CRCSE, resultando na análise de 12 atividades. Resultados

11 Atividades
deferidas

01 Aberto para
recurso

Registrou-se 06 credenciamentos de cursos presenciais, 05 credenciamento de cursos à distância, 01 credenciamento de evento à distância presenciais.

A Comissão do PEPC parmaneceu as exigências de pontuação para os profissionais da contabilidade com registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPIC) do CFC e para demais categorias enquadradas na NBC PG 12 (R3). Com isso, passou a valer o mínimo de 40 pontos estabelecido na NBC PG 12 (R3).

Excelência na Contabilidade – Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu

R\$ 23.463,00 – Referente ao pagamento da 9ª parcela das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.

R\$ 41.754,45 – Referente ao pagamento da 10ª parcela das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.

R\$ 21.312,55 – Referente ao pagamento da 11ª parcela das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto sensu,



na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.

Investimento total **R\$ 86.530,00** CRCSE (Mestrado)

Promover a educação continuada - encontros/seminários/fóruns/jornadas

O CRCSE buscou manter a classe contábil capacitada, ao promover uma série de eventos e seminários destinados ao profissional da contabilidade.

Destacam-se os principais eventos

- 17º Fórum da Mulher Contabilista de Sergipe
- 1º Encontro das Mães Contabilistas de Sergipe "O poder da força da mulher do agreste"
- Seminário Estadual "Financiamento de Campanha e Prestação de Contas Eleitoral - Eleições 2022"
- 1º Fórum do Agronegócio de Sergipe
- 19º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe

Promover a Educação Continuada - Cursos e Palestras

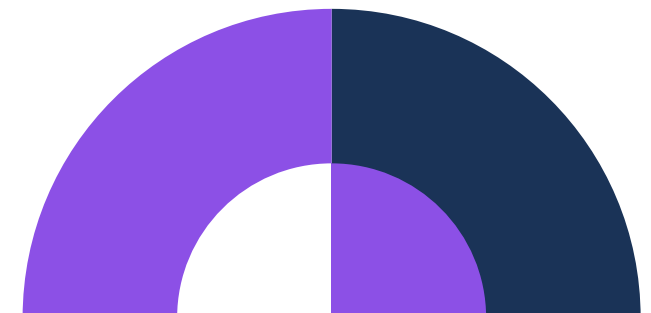
Destacam-se os principais eventos:

- Curso Desmistificando a DME e COAF
- Curso Entendendo o SST no eSocial
- Curso Entendendo o SST no eSocial - ON LINE
- Circuito de Palestras IRPF – Lagarto
- Circuito de Palestras IRPF – Itabaiana
- Circuito de Palestras IRPF – Aracaju
- Curso Elaboração das Demonstrações Contábeis e Notas

Explicativas – 2022

- Análise de Balanço e das Demonstrações Contábeis – 2022
- Curso Contabilidade Avançada – 2022
- Circuito Contábil "Conectando você ao CRCSE" - Estância/SE
- Dia do Profissional da Contabilidade: Conexão, Saúde e Espiritualidade
- Curso ECD/ECF
- Curso SERO - Regularização de Obras, CNO e DCTFWeb de Aferição de Obras
- Palestra Como declarar Renda Variável no IRPF 2022 - Ações e Fundos Imobiliários
- Circuito Contábil "Conectando você ao CRCSE" - Nossa Senhora das Dores/SE
- Palestra FGTS Digital
- Curso Compliance no Simples Nacional
- CONTA MAIS "O Oceano Azul na Contabilidade Pública
- Circuito Contábil "Conectando você ao CRCSE" - Propriá/SE
- Circuito Contábil "Conectando você ao CRCSE" - Lagarto/SE
- Conta Mais - "Conhecendo a Perícia Contábil na Prática".
- Palestra - FGTS Digital (ITABAIANA)
- Minicurso - As Incidências nos Cálculos Trabalhistas (ITABAIANA).

- Circuito Contábil "Conectando você ao CRCSE" - Tobias Barreto/SE
- Oficina - FGTS Digital (ESTÂNCIA)
- Minicurso - As incidências nos Cálculos Trabalhistas (Estância)
- Conta Mais - "As Oportunidades do Mercado de Contabilidade para Infoprodutores".
- Minicurso As Incidências nos Cálculos Trabalhistas – Aracaju
- Circuito Contábil "Conectando você ao CRCSE" - Itabaianinha/SE
- Curso Contabilidade na Exploração Agropecuária: contabilização, controles internos e ajustes ao valor justo, tributação federal e previdenciária.
- Minicurso As Incidências nos Cálculos Trabalhistas – Lagarto
- Minicurso As Incidências nos Cálculos Trabalhistas – Propriá
- Palestra Amar-se é Prevenir





Resultado das atividades de Gestão do CRCSE

Gestão Orçamentária e Financeira

De acordo com a alínea “a” do item 4.2.4.4.3 do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, entende-se por receitas correntes:

“(…) as oriundas de contribuições dos contabilistas e organizações contábeis, receitas patrimoniais, receitas de serviços e outras de natureza semelhante, bem como as transferências recebidas para atender às despesas de custeio.”

No contexto do CRC, são receitas correntes:



Receitas de Contribuições

São recursos oriundos das anuidades dos profissionais e organizações contábeis. Representam 4/5 (quatro quinto) da receita bruta do Regional.



Exploração de Bens e Serviços

Compreende basicamente a receita oriunda de aluguéis, emolumentos com inscrições, expedições de carteiras e certidões, patrocínios e publicidade.



Receitas Financeiras

São representadas pelas multas, juros de mora e atualização monetária sobre anuidades e multas e pelos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras e;



Receitas de transferências

São receitas de subvenções provenientes de convênios firmados com o Conselho Federal de Contabilidade e do repasse da taxa de inscrição do Exame de Suficiência do Sistema CFC/CRCs.



Outras Receitas Correntes

As receitas classificadas neste grupo decorrem de multas por ausência nas eleições, multas de infrações, indenizações, restituições e receitas não identificadas.

Receita Corrente Realizada



No exercício de 2022, os resultados do CRCSE foram positivos. A arrecadação de recursos, oriunda principalmente do pagamento de anuidades profissionais, registrou uma leve queda de 2,74% quando comparada ao exercício de 2021, entretanto, manteve a realização positiva. Por outro lado, as receitas financeiras superaram em 129,25% o valor estimado para o exercício.

Mesmo com a manutenção da receita e a elevação dos custos financeiros e patrimoniais em 2022, devido ao retorno total das atividades presenciais após o fim da pandemia, o CRC manteve suas contas em estabilidade, uma vez que foram adotadas medidas para mitigar o impacto que a falta de proporcionalidade entre as receitas e as despesas poderiam causar. Essas medidas conjecturam para o futuro a alavancagem econômica que a sociedade civil tanto necessita para o crescimento do Brasil.



Já as Receitas de Capital são caracterizadas pela conversão de bens e direitos em espécie e pelo recebimento de recursos para investimentos. De acordo com a alínea “b” do item 4.2.4.4.3 do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, entende-se por receitas de capital

“(…) aquelas provenientes da alienação de bens, das operações de créditos autorizadas em decorrência das transferências recebidas para atender às despesas de capital e da amortização de empréstimos.”

Receita de Capital Realizada

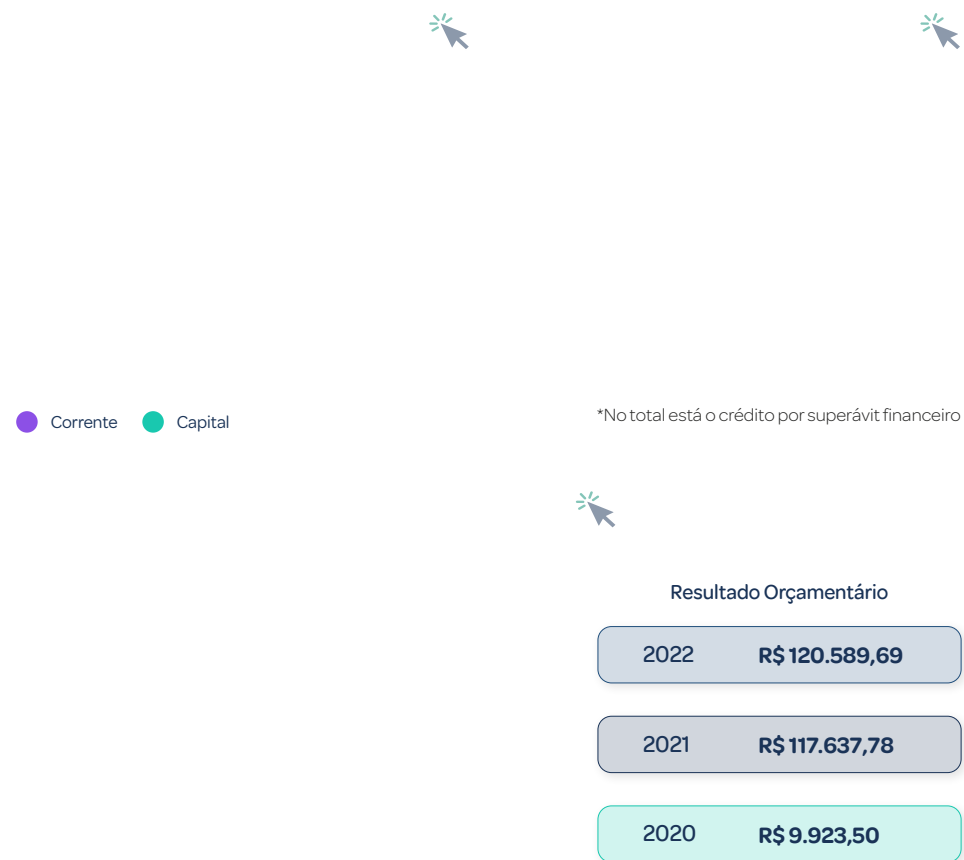




Na proposta orçamentária elaborada para o exercício de 2022, aprovada por meio da Resolução CRCSE n.º 571/2021, as despesas foram fixadas e as receitas foram estimadas em R\$ 2.120.000,00 (dois milhões e cento e vinte mil reais). Ao longo do exercício, fez-se necessária a realização de ajustes orçamentários, por meio da abertura de créditos adicionais e suplementares, que totalizaram o valor de R\$ 301.889,88, dos quais R\$ 197.709,88 foram de recursos de superávit financeiro e R\$ 104.180,00 pelo excesso de arrecadação, com a finalidade de suprir projetos e subprojetos em execução, conforme demonstrado a seguir:

RECEITAS (Correntes e Capital)

DESPESAS (Correntes e Capital)



Execução orçamentária

A Proposta Orçamentária do CRCSE, elaborada ao final do exercício financeiro anterior, detalha os objetivos, as metas e as ações com foco no aprimoramento das atividades de fiscalização, registro, normatização e educação continuada; dos investimentos em infraestrutura física e tecnológica, entre outros. O detalhamento da proposta orçamentária é vinculado ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para que funcione como instrumento de programação e controle do planejamento, permitindo que sua execução esteja alinhada às boas práticas de governança e mantendo sincronia às normas e aos regulamentos referentes à gestão orçamentária e financeira.

O comportamento da execução das despesas, nos exercícios de 2021 e 2022, poderá ser analisado nos quadros apresentados nas páginas seguintes. O Conselho optou por uma política conservadora para gastos e investimentos, culminando em resultados superavitários para os últimos anos.

A redução de 42% atrelado às despesas ocorreu, principalmente, pelo fato de que em 2021 tivemos a adesão de 04 funcionários no PDV o que resultou em um acréscimo do desembolso. Para 2022 a gestão adotou uma política de contenção de gastos,

Em 2022, 62,18% das despesas correntes foram destinados para despesas de pessoal, abrangendo gastos com programa de alimentação ao trabalhador, plano de saúde, plano odontológico, provisões de férias e encargos patronais.

No item "Uso de bens e serviços" foram registrados serviços prestados para atender às atividades do CRC, no valor total de R\$ 569.072,53. As aquisições de materiais de consumo para o almoxarifado e para as atividades finalísticas das Unidades Organizacionais também estão consideradas neste grupo de despesa.

As transferências de recursos por subvenções foram decorrentes de repasses das Prestações de Contas da 1ª turma de Mestrado em Ciências Contábeis no estado de Sergipe.

No grupo das despesas de capital, observa-se uma redução de 590,36%, que se deve, principalmente, pelo fato da aquisição de dois veículos no ano anterior.



Despesas por grupo e elemento

R\$

Grupos de Receita	2022			2021		
	Empenhada	Liquidada	Pagas	Empenhada	Liquidada	Pagas
Despesas Correntes	2.141.362,14	2.141.362,14	2.090.164,48	3.040.524,47	3.040.524,47	2.998.086,17
Pessoal e encargos	1.051.926,06	1.051.926,06	1.033.366,59	1.766.233,25	1.766.233,25	1.753.797,06
Uso de bens e serviços	569.072,53	569.072,53	549.953,39	690.267,77	690.267,77	661.245,39
Financeiras	28.476,07	28.476,07	28.476,07	25.535,34	25.535,34	25.535,34
Transferência Correntes	86.530,00	86.530,00	86.530,00	158.858,75	158.858,75	158.858,75
Tributárias e contributivas	400.864,95	400.864,95	387.345,90	393.655,92	393.655,92	392.676,19
Outras despesas correntes	4.492,53	4.492,53	4.492,53	5.973,44	5.973,44	5.973,44
Despesas de Capital	17.582,59	17.582,59	17.582,59	121.382,98	121.382,98	121.382,98
Investimentos	17.582,59	17.582,59	17.582,59	121.382,98	121.382,98	121.382,98
Total das Despesas	2.158.944,73	2.158.944,73	2.107.747,07	3.161.907,45	3.161.907,45	3.119.469,15



Gestão de Custos

O CRC planeja, a cada exercício, seus programas, projetos e atividades, com base em um estudo sistemático dos dados para a previsão da receita e fixação da despesa, buscando uma melhoria constante no desempenho orçamentário, financeiro e econômico, permitindo maior controle da gestão.

O monitoramento e o controle da execução orçamentária são realizados com o auxílio do Sistema Plano de Trabalho (SPT), que é uma ferramenta gerencial de acompanhamento em busca de cumprir a missão e de alcançar os objetivos definidos para o Sistema CFC/CRCs.

Atualmente, o CRC não utiliza o método de rateio de custos indiretos, sendo o controle parcial, realizado por meio de 9(nove) projetos e de 33 (trinta e três) atividades, todos alinhados e vinculados a 15 objetivos estratégicos.

Valores por Objetivos Estratégicos

R\$

Objetivos Estratégicos	Executado
Fortalecer a participação sociopolítico-institucional nas instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas.	24.184,30
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade.	550,00
Firmar parcerias estratégicas.	0,00
Atuar como fator de proteção da sociedade.	1.363,60
Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs.	1.110,78
Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.	457.660,20
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos.	102,00
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade.	81.228,09
Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da Ciência Contábil.	0,00
Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs.	31.241,00
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs.	78.522,47
Atrair e reter talentos.	1.106.124,98
Influenciar a formação das competências e das habilidades do profissional, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e dos funcionários do Sistema CFC/CRCs.	189.255,24
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs.	187.602,07
Total	2.158.944,73

Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas no âmbito do CRCSE está pautada no planejamento, na execução e no aperfeiçoamento de políticas e ações fundamentadas na valorização das pessoas e no seu desenvolvimento contínuo, visando à qualificação dos empregados, à adequada distribuição da força de trabalho entre os setores, à conformidade e à agilidade na prestação dos serviços.

Gestão de Pessoas



Principais objetivos e metas sobre gestão de pessoas para assegurar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs:

- Aperfeiçoar as políticas e práticas de gestão de pessoas, com vistas a contribuir para a melhoria da prestação dos serviços à classe contábil e à sociedade.
- Promover ações de capacitação destinadas à aquisição de conhecimento técnico, gerencial e comportamental dos empregados e dos líderes, visando à execução eficaz das diversas atividades institucionais.
- Realizar ações de promoção de bem-estar no trabalho.
- Assegurar a assistência à saúde dos empregados.

Os objetivos e metas estão relacionados, especialmente, às diretrizes apresentadas no mapa estratégico do Sistema CFC/CRCs:

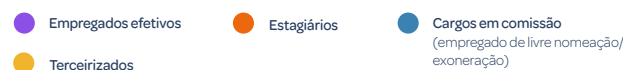
- 8 Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos
- 13 Atrair e reter talentos
- 14 Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs

Conformidade Legal

As relações trabalhistas entre o CRCSE e seus empregados são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assim como todas as atividades relacionadas à gestão de pessoas têm o devido respaldo em políticas, resoluções e normativos internos, considerando-se como documento norteador o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CRCSE.

Além disso, para assegurar a conformidade com a legislação e com as demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o CRCSE também observa as regras e diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, às jurisprudências dos Tribunais do Trabalho, bem como as determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e recomendações da auditoria interna do CFC.

Força de Trabalho



3 colaboradores

atuam diretamente na atividade-fim de fiscalização da profissão contábil

Gênero, Função de Confiança, Faixa Etária e Nível de Escolaridade (dados de 2022)



*O valor total não inclui os números de terceirizados.

Taxa de desligamento

Durante o exercício de 2022, ocorreu 01 (um) desligamento de empregado do quadro efetivo, por pedido de demissão sem justa causa. Houve também o desligamento de 01 (um) empregado de livre nomeação e exoneração que não impactou o resultado do indicador.

Apesar dos desligamentos ocorridos, a meta foi alcançada e o CRCSE está buscando soluções para que não ocorra perda significativa de sua força de trabalho, por exemplo, com a contratação de mão de obra terceirizada, visando mitigar as consequências geradas pela vacância de empregados efetivos até a realização de concurso público previsto para 2023.



Índice de Despesas com Pessoal



● resultado ● meta

Despesa de Pessoal		
2022	2021	2020
R\$1.095.728,90	R\$1.796.473,66	R\$1.078.021,96

Com relação à evolução dos gastos com pessoal apresentada nos últimos 3 (três) anos, percebe-se uma relevante redução no ano de 2022 em relação a 2021. Esse fato é justificado pela ocorrência de despesas com indenizações trabalhistas pagas aos funcionários que aderiram ao PDV em 2021. Ademais, em 2022, houve correção salarial de 10.80%, efetivada a partir do mês de junho/2022, e aumento também, no mesmo percentual, no valor dos benefícios (vale alimentação e auxílio saúde), além da progressão horizontal por antiguidade de 3% de 02 (duas) funcionárias do quadro efetivo.

Detalhamento da Despesa de Pessoal

(Cargos efetivos + aprendizes + cargos comissionados)



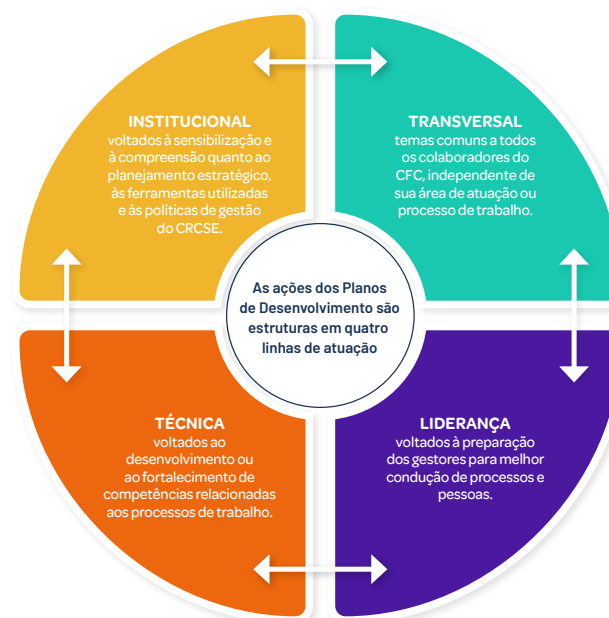
Fiscalização
2022

R\$ 186.016,53

Treinamento e desenvolvimento

Para atender às diretrizes estratégicas estabelecidas, o CRCSE busca desenvolver e aprimorar seus objetivos institucionais para investir, de forma sistemática, na capacitação do corpo funcional, tendo amparo no Plano Anual de Treinamento (PAT), no Plano de Desenvolvimento de Líderes (PDL) e no Plano de Treinamento e Desenvolvimento de Proteção de Dados (PTDPD).

O CRCSE elabora o Plano Anual de Treinamentos (PAT) com a finalidade de capacitar e desenvolver os funcionários para otimizar a execução de suas atividades. O PAT proporciona a ampliação do nível de conhecimento dos funcionários por meio da realização de cursos e de treinamentos, individuais e coletivos, preparando-os para o exercício de novas funções, bem como adaptando-os a novas tecnologias, de modo a garantir a competência necessária à condução das atividades.



Ações de capacitação em 2022



Execução de treinamentos, oportunizando aos empregados a participação em 53 eventos de capacitação.



Investimento de apenas R\$ 4.312,35 em capacitação, pois a maioria dos eventos ocorreram de forma online e gratuita com a participação de 100% dos empregados em mais 30 horas/aulas de treinamento.



Intensificação de campanhas para promoção da integridade, saúde, qualidade de vida no trabalho, segurança da informação e melhoria dos procedimentos adotados pelo CRCSE.

Percentual de treinamentos realizados



● resultado ● meta

Alinhado ao objetivo n.º 14 do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, foram previstos 24 eventos de capacitações nos Planos de Treinamentos e de Desenvolvimento de 2022, com meta de execução de, no mínimo, 80% do total. No entanto, a meta cumprida foi superavitária, com a realização de 53 eventos de capacitação, com destaque para temas voltados a Sistema Eletrônico de Informações, Licitações e Contratos, e-Social, EFD-Reinf, Qualidade de Vida no Trabalho, entre outros. Em cumprimento ao PAT e ao PDTI, foi oportunizada aos empregados do CRCSE a participação em cursos relacionados à área de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), com destaque para os temas: segurança da informação, sistema de gestão integrado, segurança cibernética, *ágile trends*, *scrum*, *python*, armazenamento de dados em nuvem, entre outros recursos tecnológicos que contribuem para o aprimoramento e desenvolvimento das atividades executadas.



Índice de Capacitação de Usuários em Tecnologia



● resultado ● meta

A quantidade de eventos ofertados em 2022 possibilitou a participação de 96% do total de empregados, com 25 horas de treinamento, superando consideravelmente a meta prevista para o indicador, que foi de 12 horas.

Pesquisa de satisfação dos empregados

Anualmente, todos os colaboradores do CRCSE são convidados a participar, de forma voluntária e anônima, de pesquisa de satisfação, cujo objetivo é, a partir dos resultados, desenvolver ações de melhoria naqueles indicadores que apresentem desempenho insatisfatório.

A pesquisa, que é composta de 12 itens, revela a percepção dos colaboradores sobre aspectos relacionados ao suporte organizacional, proporcionado pela entidade, em especial, no que diz respeito à disponibilidade de recursos (hardware, software, equipamentos, mobiliário e materiais de expediente); estrutura predial, incluindo segurança e limpeza; relacionamento interpessoal; comunicação interna; pertencimento e orgulho de fazer parte do quadro funcional (comprometimento afetivo); benefícios e treinamentos; e, excepcionalmente nos últimos anos, as ações desenvolvidas pelo CRCSE para prevenção da contaminação por Covid-19 no ambiente de trabalho.

Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo CRCSE em prol do corpo funcional



● resultado ● meta

O resultado da pesquisa aplicada em 2022 teve a participação de 13 colaboradores, entre empregados, que pontuaram seu grau de satisfação em relação às ações desenvolvidas pelo CRCSE.

Mais uma vez, os resultados foram positivos e acima da meta estabelecida pelo Sistema de Gestão de Indicadores (70%). A pesquisa demonstrou que 83,47% dos colaboradores estão satisfeitos com a infraestrutura e com as ações desenvolvidas pelo CRCSE.

Principais desafios e ações futuras



Manutenção da força de trabalho motivada/qualificada.



Continuidade do processo de implantação do eSocial no CRCSE.



Intensificação do gerenciamento do PAT, implantando a rotina de reavaliação do planejamento e assegurar o cumprimento da meta estabelecida.

Gestão de licitações e contratos

As contratações do CRCSE são planejadas em observância aos princípios da Constituição Federal de 1988 e às normas vigentes sobre a matéria, com o objetivo de propiciar condições para que os Objetivos Estratégicos, estabelecidos no Planejamento Estratégico do Sistema sejam alcançados.

Cada processo de contratação conta com sua respectiva equipe de planejamento, a qual se responsabiliza pela elaboração dos documentos relativos aos procedimentos de contratação na fase interna.

Vale destacar ainda a vinculação das contratações e das prorrogações contratuais ao Plano de Contratações Anual (PAC) de 2022.

O PAC se tornou uma importante ferramenta de apoio à governança das contratações de bens e serviços, inclusive obras, serviços de engenharia e soluções de tecnologia da informação.

Do total de contratações previstas no PAC para 2022, o CRCSE concluiu 69,74% dentro do exercício, e 30,26% dos processos estão em tramitação na fase interna ou externa.



73 contratações previstas



69,74%



30,26%

No ano de 2022 foram deflagrados 03 processos de licitação, através de Pregão Eletrônico, todavia devido ao tramite interno dos processos, os Pregões vieram a ser finalizados no final do exercício, efetivando a formalização dos contratos e iniciando a execução no ano de 2023.

CONTRATAÇÕES

70

Contratos
Prorrogados
R\$ 397.709,64

24

Contratos
Diretos
R\$ 108.951,14

17

Dispensas de Licitação
R\$ 75.961,14

7

Inexigibilidades de Licitação
R\$ 32.990,00

No ano de 2022 foram deflagrados 03 processos de licitação, através de Pregão Eletrônico, todavia devido ao tramite interno dos processos, os Pregões vieram a ser finalizados no final do exercício, efetivando a formalização dos contratos e iniciando a execução no ano de 2023. Contratações Diretas

Contratações diretas

Foram realizadas 17 contratações por processo de dispensa de licitação (total de R\$ 75.961,14), sendo todas em razão do valor – inciso II, art. 24 da Lei n.º 8.666/1993. Além disso, foram realizadas 07 contratações por inexigibilidade (total de R\$ 32.990,00).

Gestão de Fiscalização

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade.

Objeto: Contrato com a empresa de Correios e Telégrafos.

Justificativa: Promover a fiscalização preventiva e de orientação



Valor contratado:
R\$ 17.009,28

Contratação por dispensa

Gestão de Registro Profissional

Objetivo Estratégico: Garantir a Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema CFC/CRCs

Objeto: Contrato com o Banco do Brasil

Justificativa: Realizar a cobrança da anuidade.



Valor contratado:
R\$ 24.689,06

Gestão de Desenvolvimento Profissional

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade.

Objeto: Contratação de palestrantes, locação de espaços, equipamentos e confecção de material de distribuição gratuita, e coffee break para os participantes de eventos/cursos promovidos pelo Regional.

Justificativa: Proporcionar aos profissionais contábeis o aprimoramento técnico-científico.



Valor contratado:
R\$ 23.894,97

Suporte e Apoio a Atividades Fins

Objetivo Estratégico: Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no sistema CFC/CRCs

Objeto: Aquisição de microcomputadores.

Justificativa: Cumprir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e adquirir microcomputadores para os conselheiros e empregados, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas e técnicas finalísticas.



Valor contratado:
R\$ 17.582,59

Dispensa

Objetivo Estratégico: Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CRC.

Objeto: Garantir a manutenção física e a conservação preventiva e corretiva das edificações, instalações e equipamentos de infraestrutura predial.

Justificativa: Garantir a segurança da edificação, do acervo e das instalações, bem como dos usuários. Melhorar a qualidade e eficiência funcional do edifício em serviços de água, energia, segurança, limpeza e conservação, e outros necessários à manutenção preventiva e corretiva da estrutura predial do CRCSE.



Valor contratado:
R\$ 138.942,08



Principais Desafios e ações futuras

1. Adotar a nova Lei de Licitações n.º 14.133/2021 e os normativos relacionados à matéria, em todos os processos de contratações, a partir de 1º de abril de 2023.
2. Evoluir em governança de contratações, conforme orientações do CFC e TCU.
3. Realizar melhorias no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no gerenciamento de riscos da contratação, buscando maior efetividade na elaboração dos documentos.
4. Capacitar os colaboradores com o objetivo de formar protagonistas do processo de compras, que saibam explorar, construtivamente, as possibilidades da nova lei de licitações e que conheçam o mercado fornecedor, visando realizar contratações mais eficientes.
5. Manter a qualidade dos serviços prestados, considerando um cenário de escassez de pessoal.
6. Intensificar o gerenciamento do PCA, mantendo a rotina de reavaliação do planejamento das contratações programadas para o exercício.

Gestão Patrimonial e de infraestrutura Conformidade legal

O CRCSE seguiu as disposições legais preconizadas em normativos, como a Lei 8.666/1993; Instrução Normativa n.º 205/1988 – Sedap; Decreto n.º 9.373/2018 e alterações; Decreto n.º 9.764/2019; Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado; Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 08 – Ativo Intangível; e demais instrumentos legais que regem a

gestão patrimonial nos conselhos de profissão regulamentada.

Além disso, anualmente é instituída comissão responsável por realizar inventário patrimonial de bens móveis, imóveis e de almoxarifado, bem como os trabalhos anuais realizados pela Auditoria do CFC para assegurar a eficiência no controle e preservação do patrimônio público.

Investimentos

Em atendimento ao Objetivo Estratégico n.º 12 da Resolução CFC n.º 1.543/2018, no ano de 2022, foi investido R\$ 17.582,59 na aquisição de computadores e monitores.



Investimento de capital

R\$17.582,59

Administração predial

R\$150.377,75

O serviço de limpeza teve pequeno aumento de 7,75% em relação a 2021 devido ao reajustamento de preços com base nas convenções coletivas de trabalho das categorias.

Desfazimento de Ativos

Em 2022, instruiu-se processo de desfazimento de ativos, totalizando cerca de 04 itens entre micro câmaras, caixa de som e computador que se encontravam em situação de inservível.

Locações de equipamentos

O CRC no ano de 2022 firmou contrato de mais 01 (uma) impressora jato de tinta colorida e 01 (um) scanner, além das 02 (duas) impressoras monocromáticas que já existiam na casa. Essas novas locações impactou em 77,8% em relação ao ano de 2021.

2022
R\$6.871,44

2021
R\$3.871,44

2020
R\$3.655,22

Principais desafios e ações futuras

Visando promover a melhoria do ambiente de trabalho para os conselheiros, empregados, estagiários, terceirizados e sociedade geral, será realizada a reestruturação do sistema de climatização da sede do Conselho, a fim de evitar interrupções de serviços e problemas relacionados à climatização de ambientes sensíveis.

Para isso, serão desenvolvidos estudos técnicos preliminares, tendo como principal objetivo a contratação de empresa especializada no serviço de manutenção preventiva e corretiva, além do fornecimento e instalação dos novos aparelhos de ar-condicionado em substituição das máquinas em estado irreversível, decorrentes da ação do tempo e fim da vida útil.

Principais custos com serviços prediais



Com isso, espera-se além de manter o local adequado e confortável aos usuários, registrar uma redução significativa no consumo de energia elétrica e, consequentemente, a diminuição dos impactos ambientais que são possíveis por meio do consumo consciente.

No tocante a segurança dos empregados e demais colaboradores, realizaremos ainda em 2023, estudo técnico para contratação de empresa especialização no serviço de fornecimento de equipamento e monitoramento eletrônico do sistema de CFTV, garantindo maior segurança aos usuários e resguardando o patrimônio público.



A garantia da segurança da estrutura física do Conselho e do quadro de pessoal é prioridade para a administração, tendo em vista que esses são os maiores patrimônio da entidade.

Por fim, será realizada a contratação de empresa especializada nos serviços de engenharia, visando editar termo de referência para realização de obra de reforma do prédio, corrigindo eventuais patologias e preservando a estrutura pública.

De um modo geral, iremos avançar com as contratações e renovações dos contratos existentes nos termos do Plano de Contratações Anual (PCA), a fim de garantir o correto funcionamento da máquina pública.

Gestão de Tecnologia da Informação

Conformidade legal

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e (PDTI) do CRCSE, aprovado pela Resolução CRCSE n.º 575/2022, foi instituído com base no Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs e tem por objetivo agregar valor ao negócio e à melhoria dos processos desenvolvidos no âmbito da instituição.

O PDTI do CRCSE, biênio 2022-2023, é composto de princípios, diretrizes, referencial estratégico de TI, inventários de necessidades prioritizados, plano de metas e ações, plano de gestão de pessoas, plano orçamentário e plano de gestão de riscos, englobando tanto as necessidades das áreas finalísticas quanto das áreas de apoio administrativo.

As sete diretrizes do Plano

1 Estabelecer modelo de governança de TI no CRCSE que seja alinhado aos objetivos e às diretrizes estratégicas do Sistema CFC/CRCs e que também seja aderente aos modelos, às normas, aos padrões de referência e às legislações vigentes.

2 Compor equipe de TI que integre, em termos qualitativos e quantitativos, as competências e as habilidades necessárias ao atendimento da missão do Sistema CFC/CRCs.

3 Desenvolver processos, projetos e ações de TI de forma integrada e colaborativa com os CRCs e com os setores do CRCSE, com base em procedimentos, padrões e arquiteturas tecnológicas institucionalizadas.

4 Garantir que a segurança no acesso, no tratamento e no armazenamento de dados CRCSE ocorram em conformidade com políticas e normas que assegurem a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade das informações.

5 Garantir proposta orçamentária e alocação de recursos de investimento e custeio para TI no Plano de Trabalho anual, elaboradas com base em planejamentos e alinhadas com o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

6 Manter atualizada, continuamente, a infraestrutura de tecnologia (hardware e software) para o pleno desenvolvimento e fornecimento de produtos e serviços de TI de qualidade, seguros e compatíveis com as necessidades do CRCSE, do Sistema CFC/CRCs, dos profissionais da contabilidade e da sociedade.

7 Realizar o atendimento aos clientes de TI em conformidade com o estabelecido na Política Gestão Integrada do CRCSE.

Modelo de Governança de TI

A Governança de TI do CRCSE, regulamentada pela Resolução CRCSE n.º 575/2022, estabelece objetivos, princípios e diretrizes alinhados às recomendações constantes na norma NBR ISO/IEC 38500:2009, que trata da governança corporativa em tecnologia da informação.

Como melhores práticas, o CRCSE adota as recomendações oriundas do CFC, TCU e da Secretaria de Governo Digital (SGD). Além disso, criou as principais comissões próprias:

Portaria CRCSE n.º 010/2022 que institui o Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) do CRCSE.

Portaria CRCSE n.º 064/2022 que institui o Comitê de Segurança da Informação (CSI) do CRCSE.

Índice de renovação do parque de informática

2022	2021	2020
R\$17.582,59	R\$22.972,90	R\$71.400,00

Em 2022, o CFC investiu na aquisição de equipamentos de alto desempenho e com sistema operacional IOS, inclusive com a aquisição de licenças de cibersegurança para o monitoramento dos usuários do CFC.

As contratações mais relevantes na área de TI

Descrição	Valor
Aquisição de desktops e monitores	R\$17.582,59

O CRCSE visando manter seu parque tecnológico atualizado, de acordo com o respectivo período de garantia, mediante renovação anual de 1/3 de seus equipamentos e softwares, manifestou seu interesse ao Conselho Federal de Contabilidade em participar do projeto Compras Compartilhadas do Sistema CFC/CRCs, que tem como objetivo apresentar vantajosidade ao Sistema CFC/CRCs, especialmente no que diz respeito à: possibilidade de economia de escala; redução de processos, prazos, custos; unificação de soluções; padronização de equipamentos; e mitigação da disparidade de preços de um único produto por distintos compradores.

O projeto será iniciado com o mapeamento das necessidades de contratações relacionadas à Tecnologia da Informação (TI), a serem incluídas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), na proposta orçamentária e no Plano Anual de Contratações (PAC), para o exercício de 2023.

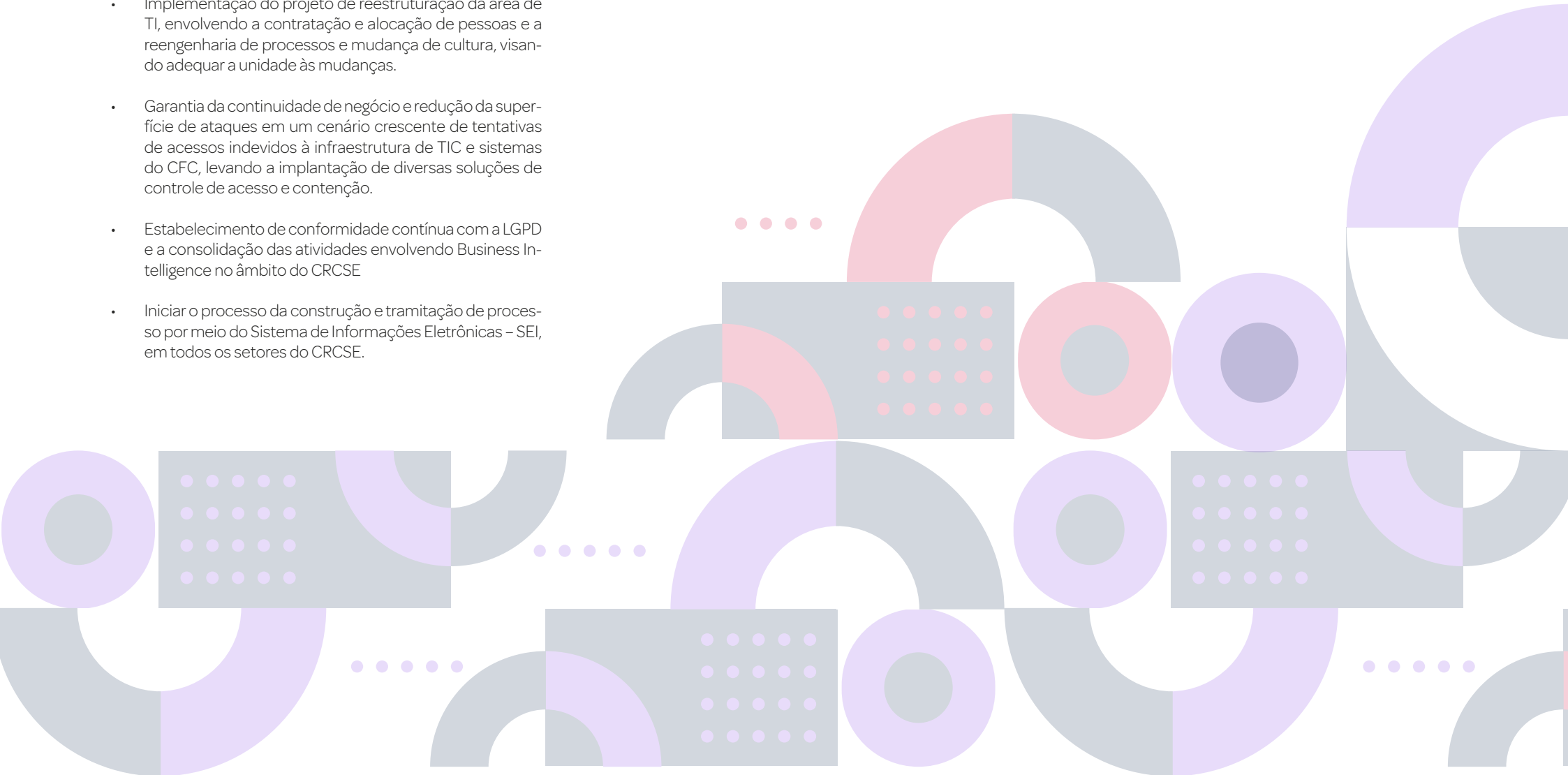
Com a possibilidade de realizar compra de equipamentos de informática em condições e preços diferenciados, poderemos avançar nas contratações e, consequentemente, promover a melhoria dos serviços desenvolvidos internamente e para com a sociedade, proporcionando maior segurança aos seus usuários e resguardando a segurança dos dados que tramitam nos sistemas utilizados pelo Conselho.



Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios mapeados para o ano de 2023 envolvem:

- Implementação do projeto de reestruturação da área de TI, envolvendo a contratação e alocação de pessoas e a reengenharia de processos e mudança de cultura, visando adequar a unidade às mudanças.
- Garantia da continuidade de negócio e redução da superfície de ataques em um cenário crescente de tentativas de acessos indevidos à infraestrutura de TIC e sistemas do CFC, levando a implantação de diversas soluções de controle de acesso e contenção.
- Estabelecimento de conformidade contínua com a LGPD e a consolidação das atividades envolvendo Business Intelligence no âmbito do CRCSE.
- Iniciar o processo da construção e tramitação de processo por meio do Sistema de Informações Eletrônicas – SEI, em todos os setores do CRCSE.





Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis





Declaração da Contadora do CRCSE

Simone Alves de Souza Santana

O Setor Contábil está subordinado à Vice-Presidência Administrativa e exerce a responsabilidade de coleta de dados, registro, elaboração das demonstrações contábeis, assim como pela divulgação dos relatórios gerenciais, patrimoniais, pela elaboração da prestação de contas do CRCSE e pela apresentação de obrigações fiscais acessórias. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, encerradas em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações contábeis do CRCSE foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 002/2022 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 84/2020 e da DN-TCU n.º 198/2022, entre outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

As demonstrações apresentadas são Balanço Patrimonial, que apresenta a situação patrimonial; Balanço Orçamentário, que evidencia informações da situação orçamentária inicial em comparação à sua execução; Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa, que visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; Demonstração das Variações Patrimoniais, que demonstra o resultado pa-

trimonial do período; e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), que apresenta as variações ocorridas no patrimônio líquido.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com o inciso V do artigo 13 da Resolução CRCSE n.º 528 de 13 de maio de 2019, que aprova o Regimento do CRC e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos no Manual de Auditoria e no Manual de Contabilidade, ambos do Sistema CFC/CRCs. Os demonstrativos contábeis foram analisados pela Câmara de Controle Interno e aprovada pelo Plenário sem apontamentos ou ressalvas.

Esse processo visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, extraídas de sistema informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Avanços

O CRCSE adota, há vários exercícios, os procedimentos citados abaixo, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, com o objetivo de primar pela qualidade das informações contábeis, de maneira a subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas perante a sociedade, observando os seguintes critérios: adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações

Patrimoniais;

- registro da depreciação de itens do Ativo Imobilizado;
- registro do Ativo Intangível e respectiva amortização de seus itens;
- reconhecimento, mensuração e evidência das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas;
- controle orçamentário por empenho e por projeto;
- reconhecimento de passivos contingentes e demais obrigações, a exemplo de provisões trabalhistas e cíveis; e
- controle dos contratos nas contas de compensação, designados como atos potenciais ativos e passivos.

Desafios

- Ao decidirmos pela aplicação das boas técnicas e pela busca da qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados. A ausência de parametrização no sistema informatizado, em decorrência da complexidade, da diversidade e da amplitude de implantação de processos, provocou a elaboração de alguns relatórios em planilhas eletrônicas, a partir de dados extraídos do Sistema de Contabilidade, conforme destacamos a seguir:
- Demonstração do Fluxo de Caixa – O demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do balanço orçamentário e financeiro, segregando-se as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Elaborada a partir de dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.
- Gestão de Custos – Atualmente é adotado

sistema informatizado para controle dos custos diretos por projeto/programa, no módulo Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis.

Declaração

Desta forma, considerando que as demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às normas contábeis vigentes e à adoção de procedimentos internos de controle, declaro que os demonstrativos contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.



Contadora **Simone Alves de Souza Santana**
CRCSE 4736/O

Período de atuação 01/10/2000 a 31/12/2022



Balço Patrimonial (BP)

R\$

ATIVO	NE	2022	2021
Ativo Circulante		1.404.764,31	1.134.288,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	761.740,02	639.617,51
Créditos de Curto Prazo	02	632.915,05	463.341,43
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	03	2.907,84	24.436,40
Estoques	04	5.717,76	5.362,14
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente	05	1.483,64	1.530,94
Ativo Não Circulante		2.455.111,17	2.512.033,09
Ativo Realizável a Longo Prazo	02	132.446,43	80.645,56
Investimentos, Imobilizado e Intangível	06	2.322.664,74	2.431.387,53
Total do Ativo		3.859.875,48	3.646.321,51

PASSIVO	NE	2022	2021
Passivo Circulante	07	311.889,19	266.502,92
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		18.559,47	12.436,19
Obrigações de Curto Prazo		31.753,59	40.656,08
Demais Obrigações de Curto Prazo		17.626,87	10.873,66
Provisões de Curto Prazo	08	241.806,86	201.952,90
Valores de Terceiros e/ou Restituíveis	09	2.142,40	584,09
Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Total do Passivo		311.889,18	266.502,92
Patrimônio Líquido	10	3.547.986,29	3.379.818,59
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		3.859.875,48	3.646.321,51

Demonstrativo dos Ativos e dos Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n.º 4.320/1964)			
Ativo		3.859.875,48	3.646.321,51
Ativo Financeiro	11	766.131,50	665.584,85
Ativo Permanente		3.093.743,98	2.980.736,66
Saldo Patrimonial			
Passivo		311.889,19	266.502,92
Passivo Financeiro	11	158.816,89	157.705,52
Passivo Permanente		153.072,30	108.797,40
		3.547.986,29	3.379.818,59

Quadro das Contas de Compensação (Lei n.º 4.320/1964)			
Atos Potenciais Ativos	12	55.634,20	55.634,20
Atos Potenciais Passivos	12	45.153,12	95.744,73



Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas

R\$

Variações Patrimoniais Aumentativas	NE	2022	2021
Contribuições		1.991.899,43	1.969.935,88
Exploração de bens e serviços		89.745,11	114.330,83
Financeiras		1.033.455,29	1.054.519,67
Transferências		171.252,30	1.194.432,10
Valorização e Ganhos com Ativos		0,00	6.902,00
Outras variações patrimoniais aumentativas		768.439,56	1.463.401,90
Total		4.054.791,69	5.803.522,38

Variações Patrimoniais Diminutivas		2022	2021
Pessoal e encargos		1.051.926,06	1.766.233,25
Uso de bens e serviços		694.779,57	806.012,93
Financeiras		53.995,71	79.426,57
Transferências		86.530,00	158.858,75
Tributárias e contributivas		445.139,85	358.230,87
Desvalorização e perda de ativos		1.490.004,04	2.644.889,03
Outras variações patrimoniais diminutivas		64.248,76	72.337,78
TOTAL		3.886.623,99	5.885.989,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	13	168.167,70	-82.466,80

Variações Patrimoniais Qualitativas

R\$

Descrição	2022	2021
Incorporação de Ativos	17.582,59	121.382,98
Desincorporação de Ativos	0,00	24.657,50

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

R\$

Descrição	Patrimônio líquido	
	2022	2021
Saldo Inicial do Exercício	3.379.818,59	3.462.285,39
Resultado do Exercício	168.167,70	-82.466,80
Saldo Final do Exercício	18 3.547.986,29	3.379.818,59

Resultado Patrimonial

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CRCSE nos exercícios de 2022 e 2021, bem como sua evolução no período. Ressalta-se o incremento de 103,93% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2021.

Balanço Financeiro (BF)

R\$

Ingressos	NE	2022	2021
Receita Orçamentária		2.279.534,42	3.279.545,23
Receitas Correntes		2.244.654,48	3.067.487,73
Receitas de Capital		34.879,94	212.057,50
Recebimento Extraorçamentário		14.856,25	12.693,50
Disponível do Exercício Anterior		639.617,51	524.395,61
TOTAL		2.934.008,18	3.816.634,34

Dispêndios	NE	2022	2021
Despesa Orçamentária		2.158.944,73	3.161.907,45
Despesas Correntes		2.141.362,14	3.040.524,47
Despesas de Capital		17.582,59	121.382,98
Pagamentos Extraorçamentários		13.323,43	15.109,38
Disponível para o Exercício Seguinte	14	761.740,02	639.617,51
TOTAL		2.934.008,18	3.816.634,34



Balanço Orçamentário (B0)

Receitas orçamentárias

R\$

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receitas Correntes	2.120.000,00	2.206.530,00	2.244.654,48	-38.124,48
Contribuições	1.803.267,00	1.803.267,00	1.665.497,91	137.769,09
Exploração de bens e serviços	60.326,00	60.326,00	35.952,51	24.373,49
Financeiras	139.400,00	139.400,00	319.576,96	-180.176,96
Transferências	56.275,00	142.805,00	157.047,97	-14.242,97
Outras receitas correntes	60.732,00	60.732,00	66.579,13	-5.847,13
Receitas de Capital	0,00	17.650,00	34.879,94	-17.229,94
Alienações de bens				0,00
Transferências de capital	0,00	17.650,00	34.879,94	-17.229,94
Déficit				
Total das Receitas	2.120.000,00	2.224.180,00	2.279.534,42	-55.354,42

As receitas do Conselho são constituídas de 80% da anuidade paga pelos contabilistas, as receitas patrimoniais, receitas de serviços, as receitas decorrentes de rendimentos de aplicações, as subvenções e outras, quando justificadas

Superávit Orçamentário

Despesas orçamentárias

R\$

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas correntes		2.049.271,97	347.483,37	2.396.755,34	2.141.362,14	2.141.362,14	2.090.164,48	255.393,20
Pessoal e encargos		996.265,09	88.419,21	1.084.684,30	1.051.926,06	1.051.926,06	1.033.366,59	32.758,24
Uso de bens e serviços		597.088,88	169.134,16	766.223,04	569.072,53	569.072,53	549.953,39	197.150,51
Financeiras		40.020,00	0,00	40.020,00	28.476,07	28.476,07	28.476,07	11.543,93
Transferência correntes		100,00	86.530,00	86.630,00	86.530,00	86.530,00	86.530,00	100,00
Tributárias e contributivas		406.358,00	3.400,00	409.758,00	400.864,95	400.864,95	387.345,90	8.893,05
Outras despesas correntes		9.440,00	0,00	9.440,00	4.492,53	4.492,53	4.492,53	4.947,47
Despesas de capital		70.728,03	-45.593,49	25.134,54	17.582,59	17.582,59	17.582,59	7.551,95
Investimentos		70.728,03	-45.593,49	25.134,54	17.582,59	17.582,59	17.582,59	7.551,95
Superávit	15					120.589,69		
Subtotal		2.120.000,00	301.889,88	2.421.889,88	2.158.944,73	2.158.944,73	2.107.747,07	262.945,15
Total das despesas		2.120.000,00	301.889,88	2.421.889,88	2.158.944,73	2.158.944,73	2.107.747,07	262.945,15



Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

R\$

Descrição	NE	2022	2021
Fluxos de Caixa das Operações			
Ingressos		2.279.534,42	3.254.887,73
Receitas		2.279.534,42	3.254.887,73
Receita de Contribuições		1.665.497,91	1.711.132,13
Exploração de Bens e Serviços		35.952,51	65.817,79
Receitas Financeiras		319.576,96	170.327,83
Transferências (Subvenções e auxílios)		191.927,91	1.238.016,49
Outras Receitas		66.579,13	69.593,49
Desembolsos		2.139.829,32	3.042.940,35
Despesas		2.139.829,32	3.042.940,35
Pessoal, Encargos e Benefícios		1.049.383,72	1.781.342,63
Uso de Bens e Serviços		576.218,87	705.525,34
Despesas Financeiras		28.476,07	-
Despesas Tributárias e Contributivas		396.286,44	391.760,49
Transferências (Subvenções + Auxílios)		86.530,00	158,86
Outros Despesas		2.934,22	5.453,14
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações		139.705,10	211.947,38
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Ingressos		-	24.657,50
Alienação de Bens		-	24.657,50
Amortização de Empréstimos Concedidos		-	-
Desembolsos		17.582,59	121.382,98
Aquisição de Ativo Não Circulante		17.582,59	121.382,98
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		(17.582,59)	(96.725,48)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Ingressos		-	-
Operações de Crédito		-	-
Desembolsos		-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento		-	-
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa	17	122.122,51	115.221,90
Caixa e equivalente de caixa inicial		639.617,51	524.395,61
Caixa e equivalente de caixa final		761.740,02	639.617,51

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Regional em um determinado período, evidenciando, separadamente, os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

Tais informações proporcionam aos usuários a base para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Caixa e Equivalente de Caixa em 31/12



Restos a Pagar Processados (RPP)

R\$

Restos a Pagar Processados	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro			
Despesas correntes + capital	16	50.399,11	51.197,66	50.399,11	0,00	51.197,66
Despesas correntes		50.399,11	51.197,66	50.399,11	0	51.197,66



Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis em 31/12/2022

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), localizado na Av. Mário Jorge Menezes Vieira, 3.140, Aracaju/SE, foi criado conforme Decreto-Lei nº 9.295 de 1946, publicado no Diário Oficial da União de 28/5/1946, alterado pela Lei nº 12.249/10. Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem como principais finalidades o registro e expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, a regulamentação acerca dos princípios contábeis, do exame de suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Dotado de personalidade jurídica e funciona como Autarquia Federal Especial, que presta serviço público e tem sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC nº 1.612/2021, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos. O CRCSE tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRC nº 528/2019.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 foram elaboradas em conformidade com a Lei N.O 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução

CFC N.O 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI n.O 2/2022.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2022 são: o Balanço Patrimonial (BP), as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade SPW.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho, bem como, apresentar informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe utilizou como embasamento as estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão apresentadas a seguir:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A

provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na Nota n.º 2.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso), o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2022 não ocorreram reavaliações. No entanto, no exercício de 2012, os itens do patrimônio foram submetidos ao procedimento de avaliação, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, conforme laudo de avaliação da empresa contratada para tal fim, observadas as orientações contidas na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI N.º 004/2012, e de acordo com a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/08.

c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classificadas como passivo contingente, como passivo exigível ou, ainda, como item de divulgação em nota explicativa de nº 8.

Moeda Funcional e

de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do CRCSE.

Além disso, a fim de atender à Lei n.O 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.



Balanço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Nota Explicativa

1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 164, § 3º).

Caixa e Equivalente de Caixa

R\$

Descrição – CFC	2022	2021
Bancos Conta Movimento	7.263,65	5.656,30
Bancos Aplicação Financeira	754.476,37	633.961,21
Disponível p/ Aplic.Vinculada - Eventos	0,00	0,00
Total	761.740,02	639.617,51

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), em títulos lastreados do Tesouro Nacional e em caderneta de poupança, na forma do § 3º do art. 164 da Constituição Federal. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa

2

Créditos a Receber de Curto Prazo

a) Créditos a Receber

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946:

“Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

- a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;
- b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea “b,” do artigo anterior,
- c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.
- d) doações e legados;
- e) subvenções dos Governos.”

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentando em 31/12/2022, um montante de:

Créditos a Receber

R\$

Descrição	2022	2021
Ativo Circulante		
Créditos do exercício	617.899,98	583.398,14
Créditos de exercícios anteriores	1.422.897,90	898.333,04
Parcelamento débitos	219.613,03	173.059,64
(-) Perda Estimada de Créditos	-1.627.495,86	-1.191.449,39
Total	632.915,05	463.341,43

Ativo não Circulante		
Parcelamento débitos	727.245,99	485.381,42
Créditos de exercícios anteriores não executados	2.607.907,34	2.841.288,09
Dívida Ativa Executada	1.079.727,55	705.608,33
(-) Perda Estimada de Créditos	-4.282.434,45	-3.951.632,28
Total	132.446,43	80.645,56

b) Ajuste para Perda Estimada de Créditos

A metodologia de cálculo para o ajuste das perdas estimadas de créditos tem por base uma média percentual dos recebimentos dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC nº 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Descrição	2022	2021
Ativo Circulante		
Saldo Créditos de Curto Prazo	2.260.410,91	1.654.790,82
Percentual de Inadimplência	72%	72%
Cálculo de ajuste de perdas	-1.627.495,86	-1.191.449,39
Créditos líquidos a receber	632.915,05	463.341,43
Total	632.915,05	463.341,43
Ativo não Circulante		
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	4.414.880,88	4.032.277,84
Percentual de Inadimplência	97%	98%
Cálculo de ajuste de perdas	-4.282.434,45	-3.951.632,28
Créditos líquidos a receber	132.446,43	80.645,56

Nota Explicativa

3

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de entes públicos.



Demais Créditos e Valores

R\$

Descrição	2022	2021
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	0,00	840,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00	12,95
Demais Créditos com Vinculação	2.357,84	23.033,45
Outros Créditos e Valores a Recuperar	550,00	550,00
Total	2.907,84	24.436,40

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Demais Créditos com Vinculação

Crédito pela compra de passagem aérea com a empresa SERGI-TUR e que não foi utilizado pelo Conselho;

Outros Créditos e Valores a Recuperar

Valor relativo às inscrições em cursos feitas por Nota de Empenho e estão para serem finalizadas;

Nota Explicativa

4

Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCSE, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, material de copa e cozinha, gêneros de alimentação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros. Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

MATERIAL DE COONSUMO

Descrição	2022	2021
Materiais de Expediente	2.206,74	1.602,13
Materiais de Informática	353,00	0,00
Material de Copa e Cozinha	118,38	139,10
Gêneros de Alimentação	762,64	97,91
Materiais de Distribuição Gratuita	1.730,00	2.665,00
Outros Materiais de Consumo	547,00	858,00
Total	5.717,76	5.362,14

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2022 e os ajustes necessários à sua regularização, foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldos das contas patrimoniais.

Nota Explicativa

5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte. Em 2022 o CRCSE firmou contrato com a Seguradora Porto Seguro, referente ao seguro da frota oficial dos veículos do Conselho e do Edifício Sede. A rubrica Assinaturas representa assinaturas com o Boletim da COAD.

VPD Antecipada

R\$

Descrição	2022	2021
Seguros	743,46	1026,04
Assinaturas	740,18	504,9
Total	1.483,64	1.530,94

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Nota Explicativa

6

Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os bens que integram o imobilizado e intangível estão assim distribuídos:

Imobilizado

Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente.

A comissão nomeada, por meio da Portaria CRCSE nº 058/2022 de 20/06/2022- Comissão para o le-

vantamento dos bens móveis apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados. Os saldos das contas do imobilizado, em 31 de dezembro de 2022, são:

Móveis e Imóveis

R\$

DESCRIÇÃO	Saldo 31.12.2021	Aquisições		Baixas		Saldo 31.12.2022	Depreciação Acumulada
		Compras	Incorporações	Alienação	Desincorporação		
Móveis e Utensílios	288.150,90	0,00	1000,00	0,00	0,00	289.150,90	-133.666,25
Máquinas Equipamentos	105.945,26	0,00	0	0,00	5.900,00	100.045,26	-43.529,28
Instalações	80.913,24	0,00	0	0,00	0,00	80.913,24	-28.081,45
Utensílios de copa e cozinha	1.180,20	0,00	0	0,00	0,00	1.180,20	-888,40
Veículos	147.717,50	0,00	0	0,00	0,00	147.717,50	-24.976,83
Equipamentos processamento de dados	145.242,64	17.582,59	0	0,00	1.270,93	161.554,30	-52.419,42
Biblioteca	562,70	0,00	0	0,00	0,00	562,70	-506,41
Museu e Obras de Arte	464,00	0,00	0	0,00	0,00	464,00	-382,80
Sede	1.669.707,32	0,00	0	0,00	0,00	1.669.707,32	-398.270,28
Terrenos	545.000,00	0,00	0	0,00	0,00	545.000,00	0,00
Total	2.984.883,76	17.582,59	1000,00	0,00	7.170,93	2.996.295,42	-682.722,12

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

A movimentação no grupo de Móveis e Utensílios foi proveniente da doação, conforme Termo de Doação e nº 01/2022, de 02 (dois) armários altos, com duas portas e na conta de Equipamentos de Processamento de Dados se referem a investimentos realizados em novas tecnologias, fazendo cumprir as diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia (PDTI), para o biênio 2021/2022.

No mês de dezembro de 2022 o CRC realizou baixas de bens do imobilizado. As baixas ocorreram pois, os bens encontravam-se em situação inservíveis, conforme relatório apresentado pela Comissão de Avaliação e Destinação de Bens Inservíveis, criada através das Portarias CRCSE nº 058/22.

Depreciação

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na INT VPCI n.º 004/2012 do CFC.



A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Tabela de referência para vida útil e valor residual

Título	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios)	25	10%
Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Instalações	10	10%
Veículos (uso administrativo)	10	10%
Equipamentos Processamento de Dados	5	10%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	5	10%
Biblioteca	10	-
Museu e Obras de Arte	-	-

Fonte: INT VPCI 004/2012, item 2.3.7

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção. A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

Intangível

R\$

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Aquisição	Baixas	Saldo em 31/12/2021	Amortização acumulada
Sistemas de Processamento de Dados	29.549,12	0	0	29.549,12	26.593,80
Softwares	6.855,00	0	0	6.855,00	719,88
Total	36.404,12	0,00	0,00	36.404,12	27.313,68

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

Nota Explicativa

7

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais, fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações, as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Obrigações de Curto Prazo

R\$

Descrição	2022	2021
Obrig. Trab. e Encargos Sociais a Pagar	18.559,47	12.436,19
Obrigações fiscais de curto prazo	3.672,77	1.363,47
Depósitos Consignáveis	10.761,68	10.327,03
Fornecedores	17.319,14	28.965,58
Total	50.313,06	53.092,27

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

No saldo relativo aos depósitos consignáveis compreende o fluxo de entradas e saídas de recursos, mas que não sejam da propriedade do Conselho e que tenham caráter devolutivo. A avaliação é efetuada pelo valor original das transações e consta o registro dos montantes relativos à retenção calculada sobre o pagamento de salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salários, dentre outros.

Demais Obrigações de Curto Prazo

R\$

Descrição	2022	2021
Créditos de terceiros	1.800,00	56,80
Transferências Legais	13.519,05	8.940,54
Outras Obrigações	2.307,82	1.876,32
Total	17.626,87	10.873,66

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Corresponde às obrigações contidas nos grupos de Créditos de terceiros, Transferências Legais (cota parte ao CFC) e demais obrigações (créditos não identificados -- em processo de identificação), as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.



Nota Explicativa

8

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante, são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como “praticamente certa”, bem como as provisões de repasse da cota parte.

Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento, mensal:

Provisões de Férias

R\$

Títulos	2022	2021
Provisão de Férias	65.973,11	69.360,87
Encargos Sociais	22.761,45	23.794,63
Total	88.734,56	93.155,50

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 13/12/2021.

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis de Curto e Longo Prazo

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRC. O Conselho possui processo avaliado como de risco de possível perda e que não são reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação demonstram-se no quadro abaixo, os processos que estão sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica:

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

R\$

Descrição	2022		2021	
Processos Cíveis	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Possível	02	58.000,00	01	8.000,00
Remota	0	000.000	0	00.000
Total	0	58.000,00	0	8.000,00

Fonte: Dados da Assessoria jurídica

Patrimônio Líquido

A cota parte refere-se a 20% da receita bruta do Conselho Regional de Sergipe que deverá ser repassada ao Conselho Federal de Contabilidade, excetuando doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/1946.

O cálculo considera como base, os créditos a receber após o ajuste das perdas (PDD).

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

R\$

Descrição		2022	2021
Créditos a Receber - CP		632.915,05	126.583,01
Créditos a Receber - LP		132.446,43	26.489,28
Total		765.361,48	153.072,30

Fonte: Balanço Patrimonial de 2022

Nota Explicativa

9

Valores de Terceiros e/ou Restituíveis

Os saldos referentes a esses valores são compostos por Honorários de Sucumbência, no valor de R\$ 2.142,40 (dois mil cento e quarenta e dois reais e quarenta centavos) que será repassado ao responsável, na folha do mês de janeiro de 2023.

Nota Explicativa

10

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores. O quadro abaixo evidencia o Patrimônio Líquido do CRCSE.

R\$

Títulos	Patrimônio líquido	
	2022	2021
Resultado do Exercício	168.167,70	-82.466,80
Resultado Acumulado de Exercícios Anteriores	3.379.818,59	3.462.285,39
Total	3.547.986,29	3.379.818,59

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Nota Explicativa

11

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC e do CRC. No exercício foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$ 607.314,61, decorrente da política de contenção de gastos aplicado pela gestão.

Resultado Financeiro	2022	2021
Ativo Financeiro	766.131,50	665.584,85
(-) Passivo Financeiro	158.816,89	157.705,52
Superávit	607.314,61	507.879,33

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Metodologia de cálculo

R\$

Ativo Financeiro	2022	2021
Ativo circulante	1.404.764,31	1.134.288,42
(-) créditos de curto prazo	632.915,05	463.341,43
(-) estoques	5.717,76	5.362,14
(=) Valor do Ativo Financeiro	766.131,50	665.584,85
Passivo Financeiro	2022	2021
Passivo circulante	311.889,19	266.502,92
(-) Provisão Cota Parte	153.072,30	108.797,40
(=) Valor do Passivo Financeiro	158.816,89	157.705,52
Superávit Financeiro	607.314,61	507.879,33

Fonte: Balanço Patrimonial 2022



Contas de Compensação

Nota Explicativa

12

Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CRCSE mantém registrados em seu balanço, os contratos, convênios e acordos em atos potenciais, resguardando os direitos e deveres estabelecidos nesses documentos, bem como o registro prévio de futuros reflexos patrimoniais.

Nesse grupo estão evidenciados a apólice que trata da caução pela Empresa Terra Empreendimentos – responsável pela construção do auditório e reforma da sede- e contratos administrativos para a manutenção e assessoramento do Regional como é o caso da Multserv, SPW e outros.

R\$

Descrição	2022	2021
Atos Potenciais Ativos	55.634,20	55.634,20
Atos Potenciais Passivos	45.153,12	95.744,73

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Nota Explicativa

13

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado com põe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema

patrimonial.

R\$

Resultado Patrimonial	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	4.054.791,69	5.803.522,38
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	3.886.623,99	5.885.989,18
Superávit	168.167,70	-82.466,80

Fonte: DVP e Balanço Patrimonial 2022

Nota Explicativa

14

Balanço Financeiro

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte. Em 2022 o saldo financeiro foi de R\$ 761.740,02 (setecentos e sessenta e um mil setecentos e quarenta reais e dois centavos).

Ingressos e Dispendios extra orçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extraorçamentários estão evidenciados, especialmente, a movimentação dos depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, aos valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, dentre outros.

Nota Explicativa

15

Balanço Orçamentário

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo – superávit orçamentário – ou negativo – déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos

arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCSE para o exercício de 2022 foi aprovado por meio da Resolução nº 571 de 30 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Estado de Sergipe de nº 28.810, em 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 2.120.000,00 (dois milhões cento e vinte mil reais) e suplementado conforme legislação vigente, utilizando-se do Superávit Financeiro o valor de 197.709,88 (cento e noventa e sete mil setecentos e nove reais e oitenta e oito centavos) e pelo excesso de arrecadação no valor de 104.180,00 (cento e quatro mil cento e oitenta reais), cuja fonte foi o apoio financeiro concedido pelo Conselho Federal de Contabilidade, totalizando o montante de R\$ 2.421.889,88 (dois milhões quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

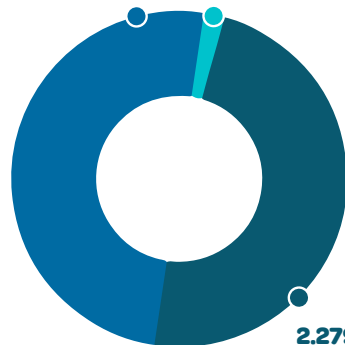
No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 120.589,69, que aumentou em 2,51% comparando com o exercício de 2021, cujo Superávit foi de R\$ 117.637,78





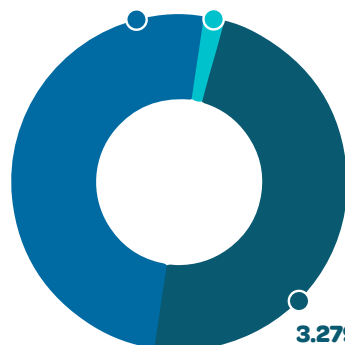
2.158.944,73 120.589,69



2022

■ Despesas Empenhadas
■ Receitas Arrecadadas
■ Superávit/Déficit

3.161.907,45 117.637,78



2021

■ Despesas Empenhadas
■ Receitas Arrecadadas
■ Superávit/Déficit

Nota Explicativa

16

Demonstrativo de Execução de Restos a

Pagar Processados

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas. Até o dia 31 de dezembro, totalizou R\$ 51.197,66 (cinquenta e um mil cento e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos), existindo suporte financeiro suficiente ao final do exercício para quitá-los no ano seguinte. Ressalta-se que o Conselho Regional não adota a contabilização de restos a pagar não processados, pois não há previsão no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Nota Explicativa

17

Demonstrativo do Fluxo de Caixa

O demonstrativo deverá evidenciar as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com as atividades operacionais e outras que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
- O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como, recebimentos por liquidação de adiantamentos.

Ao final do exercício obtivemos uma Geração Líqui-

da de Caixa R\$ 122.122,51, superior ao que ocorreu no exercício de 2021, que foi de R\$ 115.221,90, representando um aumento em termos percentuais de 5,99%.

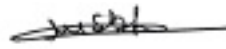
Nota Explicativa

18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período. O CRCSE registrou um incremento de 4,97% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2021.

Aracaju/SE, 10 de fevereiro de 2023.


Maria Salete Barreto Leite
Presidente CRCSE


Simone Alves de Souza Santana
Contadora CRCSE nº 4736/O